

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARLI COSTA ALVES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INDÚSTRIAS COELHO S/A:  
Trabalho e cotidiano dos operários de Picos (1970 a 1999)**

Picos - PI  
2012

MARLI COSTA ALVES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INDÚSTRIAS COELHO S/A:  
Trabalho e cotidiano dos operários de Picos (1970 a 1999)**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

**Orientadora:** Profa. Ms. Nilsângela Cardoso Lima

Picos - PI  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca José Albano de Macêdo

A474h      Alves, Marli Costa.  
              História e memória da Indústrias Coelho S/A: Trabalho e  
              cotidiano dos operários de Picos (1970 – 1999) / Marli Costa  
              Alves. – 2012.  
              CD-ROM : il. ; 4 ¾ pol. (88 p.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal  
do Piauí. Picos-PI, 2012.

Orientador(A): Profa. MSc. Nilsângela Cardoso Lima

1. História – Piauí. 2. Memória - Picos. 3. Indústria Têxtil. I.  
Título.

CDD 981.812 2

MARLI COSTA ALVES

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA INDÚSTRIAS COELHO S/A:  
Trabalho e cotidiano dos operários de Picos (1970 a 1999)**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de História da Universidade Federal do Piauí, como requisito obrigatório à obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

**Orientadora:** Profa. Ms. Nilsângela Cardoso Lima

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Ms. Nilsângela Cardoso Lima / UFPI – CSHNB  
(Orientador)

---

Profa. Ms. Marylu Alves de Oliveira / UFPI – CSHNB  
(Examinadora Interna)

---

Profa. Marta Rochely Gondinho / UFPI  
(Examinadora Externa)

---

Profa. Ms. Luciana de Lima Pereira / IFPI Picos  
(Suplente)

“A história da industrialização e da constituição do moderno mundo do trabalho urbano-industrial no Brasil tem sido escrita e reescrita a partir das diferentes visões que as fontes nos deixaram”.

(Maria Auxiliadora Guzzo de Decca)

**Dedico:**

**Aos meus pais** José Manoel e Maria do Socorro, pelo estímulo e encorajamento.

**Aos professores**, pela dedicação, carinho e afeição.

**Aos amigos** de turma, pela amizade e confiança.

**Aos ex-operários** da Indústrias Coelho S/A, que carinhosamente se prontificaram à prestar os depoimentos sobre a história da indústria.

## AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho torna-se realidade hoje, graças ao apoio de um grupo de pessoas que se destacaram em minha vida, se por ventura vier a esquecer de alguém, deve-se aos esquecimentos próprios da memória e por essa razão deixo as minhas desculpas.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por toda a coragem, paciência e persistência, pois, apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante a graduação, não me deixou desistir.

Em termos familiares, expresso gratidão aos heróis e guerreiros pais, “dona Socorro e seu Dedé”, pelos sacrifícios e incentivos em prol da educação de seus filhos. Aos meus irmãos, Márcia, Idelvano e Jânio, (que suportaram meus dias de chatice), obrigado pela paciência e apoio. Ao homem que repassa carinho, confiança e amor, Atalicio de Moura Leal, “Tatá”, que pacientemente esperou por mim durante o período da graduação.

A minha prezada orientadora, Nilsângela Cardoso Lima. Suas muitas lições sobre o ofício de historiador, as orientações, as correções e as dicas de pesquisa, resultaram na elaboração desse trabalho e tenha certeza que a sua sabedoria me inspirou a acender no campo historiográfico. São inexpressáveis as palavras para qualificar a contribuição singular sobre os valores, o conhecimento e a educação que a Nilsângela me repassou, não só para a profissão, mas também para a vida.

A dona Zuleide (in memoriann), pela acolhida inicial na cidade de Picos, à minha madrinha Joana, também pela acolhida e coragem. As minhas amigadas eternas, Aylla, Ana Laisy, Carmina, Darlan, Michele, Mirlande, Silvânia e Vanessa.

A todos os professores do curso, que sempre deram o melhor para a formação dos alunos. A todos os amigos da turma, pelo respeito e as muitas atividades realizadas em equipe, vocês me ensinaram a trabalhar em conjunto e a desenvolver o companheirismo.

Por fim, agradeço a Universidade Federal pela oportunidade de estudar no melhor curso do mundo, e a todos os funcionários e servidores do campus.

Obrigado a todos.

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o processo de instalação da primeira indústria têxtil de Picos, denominada Indústrias Coelho S/A, construída na cidade na década de 1970, funcionando até o final da década de 1990. Para tanto, faz-se uma discussão sobre a conjuntura econômica nacional, abordando as diretrizes que caracterizaram o sistema industrial brasileiro, principalmente, no recorte temporal em estudo, 1970 a 1999. Propõe-se a analisar o processo de fundação do Grupo Coelho, o período da instalação da indústria têxtil na região Centro-Sul do Piauí e a conturbada fase de decadência financeira do estabelecimento fabril em Picos. Aborda sobre o processo de instalação da Indústrias Coelho S/A em solo picoense e sua desestruturação, apresentando uma narrativa histórica em torno do cotidiano dos ex-funcionários na fábrica e a partir da experiência desse grupo a formação da classe operária picoense. Ainda, analisa as mudanças e permanências na cidade de Picos a partir do processo de industrialização, principalmente no que diz respeito à condição de vida da classe operária.

Palavras-Chave: História; Memória. Indústria têxtil. Cotidiano.

## **ABSTRACT**

The present work aims to understand the process of installing the first textile industry of peaks, named Rabbit Industries S/A, built in the city in the late 1970, running until the end of the Decade of 1990. To this end, it is a discussion about the national economy, addressing the guidelines which characterised the Brazilian industrial system, particularly, in the timeframe under study, 1970 to 1999. It is proposed to analyze the process of Foundation of the Rabbit Group, the period of installation of the textile industry in the Center-South region of Piauí and the troubled financial decay phase of the manufacturing establishment on Spikes. Discusses on the installation process of Rabbit Industry S/A in merchant and his solo de-structuring, presenting a historical narrative about the life of former employees at the plant and from the experience of this group a working-class merchant training. Still, analyzes the changes and stays in the town of Picos from the industrialization process, especially with regard to the living conditions of the working class.

Keywords: History. Memory. Textile industry. Everyday.

## **LISTA DE SIGLAS**

ICS/A - Indústrias Coelho Sociedade Anônima

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias

CLT - Conjunto de Leis Trabalhistas

CRIC- Clube Recreativo Indústrias Coelho

SESI- Serviço Social da Indústria

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidente

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 PANORAMA ECONÔMICO E POLÍTICO EM TEMPOS ÁUREO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO “OURO BRANCO” DO BRASIL E DO PIAUÍ</b> .....	<b>18</b>
1.1 “A industrialização do Brasil inicia com o algodão”: assunto de discussão entre a academia .....	19
1.2 O processo de industrialização do Piauí frente à conjuntura econômica do Piauí no século XIX e XX .....	24
1.3 Economia cíclica e o cultivo do “ouro branco” em solo picoense .....	34
<b>2 INDÚSTRIAS COELHO S/A: A primeira indústria têxtil de Picos</b> .....	<b>41</b>
2.1 Formação do Grupo Coelho de Pernambuco e sua inserção em Picos (PI) .....	42
2.2 Indústrias Coelho S/A: Sob as pedras história e memória .....	47
2.3 Desestruturação da Indústrias Coelho S/A e seu arrendamento para “Pedra, Fiação e Tecelagem” .....	55
<b>3 TRABALHO, COTIDIANO E VIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIAS COELHO S/A (1970-1999)</b> .....	<b>62</b>
3.1 Histórias de vida e histórias de Indústrias Coelho S/A .....	65
3.2 Nem tudo eram flores no trabalho fabril: As condições de trabalho da classe operaria na Indústrias Coelho S/A .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>85</b>

# INTRODUÇÃO

Há muito tempo a fibra algodoeira tem servido de matéria-prima para a produção de bens manufaturados e industrializados. De forma manual, muitas pessoas utilizavam a arte da fiação para tecer vestimentas e outros petrechos necessários para as suas necessidades cotidianas. Entretanto, com o avanço tecnológico e com a invenção da máquina a vapor, a produção de fios foi deixando de ser apenas artesanal e se industrializou com o intuito de atender não apenas as necessidades humanas, mas com vistas a adquirir um mercado consumidor e comercialização dos produtos têxtil com moldes capitalistas.

Na região Nordeste o cultivo do algodão e da sua fibra remonta a um período anterior à chegada do colonizador. Algumas regiões guardavam solo fértil promissor a produção do algodão e com uma mão de obra disponível. De acordo com Ana Cláudia de Arruda Costa:

Em 1808, foram criadas as condições necessárias para um tímido início de industrialização no Brasil, que teve seus primeiros passos com o setor têxtil que, no começo, operava com pequenas unidades, que se destinavam à produção de tecidos grosseiros, utilizados para vestimenta de escravos e sacos para o transporte do açúcar, já que essa fabricação se favorecia na concorrência com similares estrangeiros porque estes eram onerados com custos de embalagens, transporte e importação.<sup>1</sup>

Contudo, o avanço da indústria têxtil na região Nordeste brasileiro é datada no século XIX, sendo Pernambuco o Estado em que a sua instalação foi pioneira e estruturalmente articulada no setor manufatureiro e industrial. Embora produzisse uma das melhores fibras de algodão do mundo, a indústria têxtil de Pernambuco não acompanhou a ampliação do setor econômico como aquele ocorrido no Sudeste do Brasil. Entretanto, com a indústria têxtil firmada em Pernambuco, alguns empresários do ramo têxtil passaram a investir no setor fabril e, mais tarde, expandiram o empreendimento para outros Estados do Nordeste, chegando a Picos (PI), na década de 1970.

---

<sup>1</sup> COSTA, Ana Cláudia de Arruda. *Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: Um estudo da década de noventa*. Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP, 2004. [Monografia].

Na cidade de Picos, região situada no centro-sul do Piauí, foi instalada a primeira indústria têxtil, na década de 1970. Construída na BR 316, na altura da avenida Senador Helvídio Nunes, o empreendimento foi um projeto solidificado pelo Grupo Coelho, empresários pernambucanos oriundos da cidade de Petrolina (PE).

A indústria representa uma parte de 37 km de uma fábrica do ramo têxtil instalada em Picos, graças aos programas de crédito, incentivos fiscais do banco do Nordeste, SUDENE e, principalmente, do capital privado do Grupo Coelho. A indústria na época contava com um aparelhamento moderno, ou seja, com máquinas avançadas, todas compradas fora do Brasil, principalmente, no Japão.

A trajetória da indústria foi marcada pelo signo do desenvolvimento, no aspecto da geração de trabalho, renda para a cidade, capital circulante; assim como, também foi marcada por conflitos econômicos, questões internas, como a cisão do grupo, que resultou no seu processo de arrendamento da Indústrias Coelho S/A para Pedra, Fiação e Tecelagem. Pode-se perceber que no início, a Indústrias Coelho S/A parece ter encontrado mais um caminho certo de expansão, assim como nas outras cidades onde existiam filiais, se encaixando no fluxo da economia.

Passado hoje mais de uma década em que a Indústrias Coelho S/A foi arrendada para Pedra, Fiação e Tecelagem, deixou muitas marcas na história econômica da região. Observa-se que a conjuntura histórica da época foi favorável para a abertura da Indústrias Coelho S/A. No entanto, o seu auge de desenvolvimento nos anos de 1980, não perdurou mais que duas décadas, deixando além de um enorme espaço com maquinário avançado parado e sem funcionários, deixou várias causas trabalhistas em aberto e que se arrastam por 22 anos. Dissipava-se a razão social, Indústrias Coelho S/A. Todavia, um besouro <sup>2</sup>, atacou as plantações de algodão no Brasil, principalmente, no Nordeste, ocasionando perdas na colheita e uma quebra no fornecimento da

---

<sup>2</sup> Na década de 1980, um besouro de nome científico de *Anthonomus grandis* Boheman da família dos curculionídeos de mandíbulas afiadas, foi introduzido nas plantações de algodão do Brasil, principalmente, no Nordeste, ocasionando danos à produção algodoeira. Esta praga se tornou resistente ao uso de agrotóxicos, devido a sua boa adaptação às condições climáticas brasileiras que vai apresentando algumas estratégias de sobrevivência durante o período de entressafra, aguardando para um novo plantio da herbácea. (cf.: Disponível em: [www.portaldoagronegocio.com.br](http://www.portaldoagronegocio.com.br). Acesso em: abr. 2012.)

matéria-prima. A cisão do Grupo Coelho, o peso da herança de doze filhos, também conta com problemas relacionados à administração, a dificuldade em comprar matéria-prima de outros Estados. Enfim, este conjunto de fatores negativos possibilita entender parte das causas que levaram o empreendimento a não dar certo por mais tempo na cidade de Picos.

Assim, considerando que naquele espaço onde foi construído e funcionou a Indústrias Coelho S/A estão “perdidas” histórias de uma parte da população local, de quem lá trabalhou, e de quem prestou serviços à indústria, comprou ou vendeu seu produto base, o algodão, é que se surgiu o interesse de construir uma narrativa histórica da Indústrias Coelho S/A, nos anos de 1970 a 1999, em razão da importância econômica que a empresa representou para Picos, tendo em vista que, neste período, na cidade não existia nenhum outro empreendimento comercial com a mesma capacidade física, humana e produtiva como a da Indústrias Coelho S/A.

Partindo desse entendimento, esta monografia mostra-se importante para a historiografia local, pois até o momento, e até onde foi pesquisado, não possuem estudos sobre a Indústrias Coelho S/A numa abordagem historiográfica, ao tempo em que não se pode negar a importância social que o estabelecimento representou para Picos, uma vez que proporcionou mudanças na vida de muitas pessoas, a partir do momento em que gerou mais de mil empregos diretos.

O trabalho aqui desenvolvido tem como objetivo analisar a conjuntura histórica sobre o processo de instalação e o arrendamento da Indústrias Coelho S/A para Pedra, Fiação e Tecelagem na região de Picos. Para tanto, pretende-se compreender a situação econômica do Brasil e do Nordeste, onde inclui o Piauí e a região de Picos; analisar a importância da Indústrias Coelho S/A para a economia de Picos, no período em que a produção do algodão encontrava-se no auge; pontuar a atuação do Grupo Coelho no cenário econômico picoense, bem como trazer à cena as narrativas de alguns (ex-) operários da indústria têxtil acerca do cotidiano e a formação de uma classe a partir das experiências, angústias e interesses comuns partilhados no âmbito do trabalho fabril.

Sendo assim, o conceito de *classe social* é entendido a partir da proposição teórica de Edward Paul Thompson, uma vez que faz um estudo

sobre a formação da classe operária inglesa a partir do contexto social e cultural dos trabalhadores no final do século XVIII e no século XIX. Para o autor, a formação da classe social não deve ser entendida apenas sob o ponto de vista das relações econômicas, como entendia Karl Marx, A categoria deveria ser pensada no seu *fazer-se*, no acontecer histórico, na sua *experiência* como classe. Sendo assim, trabalhando nos silêncios deixados por K. Marx, E. P. Thompson define-se a classe social a partir da experiência dos grupos de trabalhadores em uma classe operária com identidade própria e efetiva consciência de classe, em um ambiente hostil da sociedade inglesa no contexto específico da industrialização.

O conceito de *memória* também é usado para entender as narrativas da experiência humana, neste caso, o dos operários da Indústrias Coelho S/A. Para tanto, a história oral enquanto método e técnica da pesquisa, foi amplamente explorado. Sobre a memória e história oral, fez-se uso das discussões teóricas propostas pelas autoras Ecléa Bosi (1994) e Lucília de Almeida Neves Delgado (2006), uma vez que consideram que as narrativas são ricas em detalhes e carregadas de sinônimos e significados e possibilitam ao historiador ter acesso a informações que as fontes escritas não são capazes de trazer à tona.

Para Lucília de Almeida Neves Delgado (2006),

a história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fonte e documento, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais.<sup>3</sup>

Como se pode observar a escolha da história oral, deu-se na perspectiva da importância do método para a coleta de informações. Em conjunto com a documentação, a história oral será utilizada na elaboração das narrativas sobre as realidades vivenciadas pelos funcionários ao longo dos anos de existência das Indústrias Coelho S/A, bem como, explanar a situação da indústria têxtil picoense, levando-se em conta a conjuntura econômica nacional.

---

<sup>3</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral; memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 15.

Partindo deste pressuposto, as entrevistas individuais foram estudadas no objetivo de relembrar o tempo passado, comum aos ex-funcionários industriais, na medida em que, “os depoimentos recolhidos através do procedimento de constituição de fontes orais traduzem visões particulares de processos coletivos”<sup>4</sup>, no caso aqui discutido, o cotidiano industrial.

Dada a importância dos relatos orais como fontes de pesquisa, foram realizadas entrevistas com cinco pessoas entre homens e mulheres, a saber: Francisco Borges Gonçalves, Antônia de Moura Luz, Joana Soares de Sousa, Solimar de Lima e Luiz Pedro de Sousa. A escolha destes entrevistados se deu de acordo com o grau de envolvimento que estes tiveram com a Indústrias Coelho S/A, uma vez que todos trabalharam na fábrica no período estudado e, também, pela disponibilidade destes em conceder entrevista sobre o tema da pesquisa. Teve-se ainda o cuidado de transcrever *ipsis literes* os relatos, na tentativa de compreender o período em análise a partir das memórias.

Para a construção deste texto também foi feita a utilização de documentos e fontes escritas. Os documentos foram pesquisados na sede da atual indústria Rio Guaribas Têxtil<sup>5</sup>. Em 2011, quando se teve acesso a essas fontes, elas pertenciam ao arquivo particular da indústria Piauí Têxtil que se encontrava fechada, local onde se obteve a notícia de que esses documentos iriam voltar para a matriz das filiais em Petrolina-PE. Aproveitou-se ao máximo para visitar as duas salas de arquivo e investigar, fotografar e reproduzir a maior quantidade de documentos que possibilitasse ao pesquisador o conhecimento do “espírito da narrativa”<sup>6</sup> ainda em silêncio. Portanto, todos os documentos que foram utilizados, tais como: Registro de ICM, Livro de Atas, Registro de Apuração do IPI, Registro de Ações Nominativas, Registro de utilização de documentos fiscais e Termos de Ocorrências, Registro de Saídas, Registro de Entradas, Termo de Abertura, Livro de Sócios, diversas edições do Diário Oficial de Pernambuco e edições do Jornal do Commercio, foram conseguidos na própria indústria, onde, antigamente, funcionou a Indústrias

---

<sup>4</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Op. cit.*, p. 18.

<sup>5</sup> Indústria Rio Guaribas Têxtil é o nome atual da fábrica onde funcionou a Indústrias Coelho S/A,

<sup>6</sup> BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

Coelho S/A, filial de Picos; exceto, dois fragmentos do jornal Macambira, pesquisado no Museu Ozildo Albano, de Picos.

A monografia encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Panorama econômico e político em tempos áureo da produção e comercialização do ouro branco do Brasil e do Piauí*, faz-se uma discussão sobre a conjuntura econômica nacional, piauiense e local. A discussão sobre a situação econômica do Brasil foi norteadada pelos estudos propostos por Caio Prado Junior (2008), José Márcio Rêgo e Rosa Maria Marques (2006) e Ana Cláudia de Arruda Costa (2004). No tocante a conjuntura econômica do Piauí, foram consultados os autores Raimundo Nonato de Santana (2001), Felipe Mendes (2003) e Antônio José Medeiros (1996) que ajudam a perceber a atuação de órgãos nacionais em prol do desenvolvimento econômico do Piauí, bem como, entender as condições sociais em que o Estado do Piauí se encontrava nas décadas anteriores a 1970, em relação ao setor industrial. Sobre a economia picoense a análise foi feita a partir da ótica do economista Renato Duarte (2002), e com base nos estudos de Graziane Gerbasi Fonseca (2004), na tentativa de analisar um panorama local baseado no cultivo do algodão. Para contemplar esta discussão, o primeiro capítulo foi organizado em três tópicos, assim intitulados: 1.1 “A industrialização do Brasil inicia com o algodão”: assunto de discussão entre a academia; 1.2 O processo de industrialização do Piauí frente à conjuntura econômica do Piauí no século XIX e XX e 1.3 Economia cíclica e o cultivo do “ouro branco” em solo picoense.

O segundo capítulo foi dedicado ao contexto histórico que se deu o processo de formação do Grupo Coelho de Pernambuco e sua inserção na região de Picos através da construção e instalação da Indústrias Coelho S/A na década de 1970, até o final dos anos 1990, quando a empresa apresenta os primeiros sinais de enfraquecimento financeiro. Nesta finalidade, o capítulo foi intitulado *Indústrias Coelho S/A: A primeira indústria têxtil de Picos* e foi estruturado com os seguintes tópicos: 2.1 Formação do Grupo Coelho de Pernambuco e sua inserção em Picos (PI); 2.2 Indústrias Coelho S/A: Sob as pedras história e memória e 2.3 Desestruturação da Indústrias Coelho S/A e seu arrendamento para “Pedra, Fiação e Tecelagem”.

Por fim, no terceiro capítulo faz-se um estudo sobre o *Trabalho, cotidiano e vivência dos operários da Indústrias Coelho S/A (1970-1999)*, onde são apresentadas algumas mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização, e as situações cotidianas vivenciadas pelos funcionários da Indústrias Coelho S/A. que possibilitou o surgimento da classe operária de Picos. O último capítulo da monografia foi organizado em dois tópicos: 3.1 Histórias de vida e histórias da Indústrias Coelho S/A e 3.2 Nem tudo eram flores no trabalho fabril: As condições de trabalho da classe operaria na Indústrias Coelho S/A.

Assim estabelecida, esta monografia faz um estudo sobre a História e memória da Indústrias Coelho S/A: Trabalho e cotidiano dos operários de Picos, no período compreendido entre 1970 a 1999.

# **1 PANORAMA ECONÔMICO E POLÍTICO EM TEMPOS ÁUREO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO “OURO BRANCO” DO BRASIL E DO PIAUÍ**

Na década de 1970, o Brasil vislumbrava os últimos frutos do “milagre econômico”. O ritmo acelerado do crescimento econômico brasileiro proporcionado pelo capital estrangeiro no país e pelas altas taxas de juros foi perdendo fôlego logo nos primeiros anos da década de 1970, culminando com a crise do petróleo nos anos de 1974 e 1979, problema que se refletiu nas décadas seguintes, 1980 e 1990. Com as crises, se definhava o crescimento econômico e o sonho brasileiro de se igualar aos países do chamado primeiro mundo.

Entretanto, os anos de crescimento da economia brasileira foram significativos para o surgimento de indústrias no país. Aliada ao investimento de capital estrangeiro no Brasil, tanto as empresas privadas e estatais como privadas e multinacionais foram beneficiadas e instaladas no país. De acordo com Celso Furtado (1983), algumas empresas privadas que surgiram no Brasil na segunda metade do século XX, embora apresentasse pequena demanda de capital, elas dispunham de uma grande demanda de mão de obra e um mercado consumidor, pois boa parte da produção industrial brasileira era consumida não apenas no Brasil e pelos países de terceiro mundo, mas passou a ser consumida, também, pelos países industrializados, tais como, os Estados Unidos e alguns países da Europa.

É deste período do processo de industrialização no Brasil que se pretende analisar o contexto histórico e econômico em que se deu o surgimento do projeto da Indústrias Coelho S/A, implementado na cidade de Picos, na década de 1970. Sendo assim, considera-se importante entender a conjuntura econômica deste período, tanto a nível nacional como local, dando ênfase à produção agrícola com destaque para o algodão, por ser a matéria-prima empregada na indústria têxtil. Para tanto, são abordadas algumas diretrizes que caracterizam o sistema econômico, a circulação de produtos, o processo de industrialização do algodão como uma matéria-prima por

excelência, capital investido e mão de obra empregada, compreendidos como um processo conjunto que interferiu diretamente no setor secundário<sup>7</sup>, a indústria, ainda que incipiente na região de Picos.

### **1.1 “A industrialização do Brasil inicia com o algodão”: assunto de discussão entre a academia**

O entendimento do processo de industrialização no Brasil, no final do século XIX e no século XX, deve ser analisado levando em consideração parte da discussão existente entre os pensadores sobre a economia brasileira que insistem em afirmar que: “a indústria em moldes (pré-)capitalistas, no Brasil, teve início com o algodão”. Dentre os autores que partem deste ponto de vista, estão José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (2006). Ao discorrer sobre o assunto no livro intitulado *Economia Brasileira*, os autores propõem que os primeiros focos de industrialização no país surgiram com o uso do algodão como matéria-prima da indústria têxtil, no século XIX, e fazem uma análise a partir da conjuntura econômica nacional.

Defendendo a ideia de que a indústria brasileira surgiu impulsionada pela atividade algodoeira, José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (2006) apresentam alguns fatores que contribuíram de maneira objetiva para o processo de industrialização neste setor, e asseguram que:

a formação dos primeiros focos de produção industrial começou no Brasil só no último quartel do século XIX, especialmente a partir de 1885. Contribuíram para isso, em primeiro lugar, o surgimento do mercado de mão-de-obra assalariada originado pela imigração em massa, a abolição da escravatura e a intensificação da deterioração das estruturas pré-capitalistas.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> “A economia de um país pode ser dividida em três setores: o Setor Primário está relacionado à produção através da exploração de recursos naturais. Como exemplos de atividades econômicas do setor primário podem ser destacados a agricultura, mineração, pecuária, etc. Esse setor também é o responsável pelo fornecimento de matéria-prima para a indústria de transformação. O Setor Secundário é o responsável pela transformação da matéria-prima (produzida pelo setor primário) em produtos industrializados exigindo conhecimentos tecnológicos agregados a esses produtos, como por exemplo, roupas, automóveis, casas, etc. E o Setor Terciário está relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que as pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades, como por exemplo, educação, comércio, transportes, etc.” (Disponível em: [www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com). Acesso em: abr. 2012)

<sup>8</sup> REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Economia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 49.

Além dos fatores mencionados acima, José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (2006) acrescentam que havia também a emergência de uma “nova” classe dominante. Ao lado dos cafeicultores, fazendeiros e proprietários de terras, estavam os empresários e investidores. Para essa classe social, não era mais conveniente para o setor econômico manter o Brasil como um país exclusivamente agrário, principalmente, frente à crise da superprodução de café, no período compreendido entre os anos de 1880 a 1886 e na primeira metade do século XX.

Com a crise econômica brasileira provocada pela superprodução do petróleo do final da década de 1870, uma política protecionista foi desenvolvida no sentido de proteger a economia brasileira já nos anos 1880. Segundo José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (2006), a participação protecionista, deste período, foi importante para o fortalecimento das indústrias nacionais, se comparadas às tentativas anteriores a 1846 referentes à industrialização, pois uma das medidas adotadas pelo governo foi a de baixar “vários decretos concedendo subsídios à produção local de artigos têxteis”<sup>9</sup>, assim como, propôs uma “campanha em prol da política protecionista que se intensificou após a criação, em 1880, da Associação Industrial.”<sup>10</sup> Tais incentivos propostos pelo governo brasileiro para a indústria têxtil acontecem na segunda metade do século XIX, quando se tem notícias da criação de indústrias em diversas partes do Brasil, alcançando a região Nordeste.

Ainda sobre a questão em torno de qual produto agrícola foi promotor da industrialização no Brasil, conforme ressalta o estudo de Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque (1983) sobre o capital comercial, a indústria têxtil e a produção agrícola de São Paulo, com o interesse de entender as relações de produção na cotonicultura paulista no período compreendido entre 1920 a 1950. Neste estudo, o autor pondera sobre o assunto e diz que o fato de o Brasil ter sido um grande produtor de café no século XIX e início do século XX, não se pode atribuir a esta atividade agrícola o desenvolvimento da industrialização nacional. Para Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque (1983), a acentuada crise na produção cafeeira vivenciada nas primeiras

---

<sup>9</sup> REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>10</sup> *Idem.*, p. 51.

décadas do século XX, sobretudo, no Estado de São Paulo, acabou promovendo o aumento da produção de algodão já existente no Brasil. Essa crise na cafeicultura, segundo o autor, abriu espaço para a reorganização das formas de utilização e posse da terra no país, motivo que intensificou os investimentos na atividade de cotonicultura.

Vale ressaltar que o interesse dos autores Rui Henrique Pereira Albuquerque (1983), José Marcio Rego e Rosa Maria Marques (2006), em discutir sobre o surgimento da industrialização no Brasil não é o de afirmar que cabe ao algodão a promoção deste vulto na economia do país. Antes, os autores pretendem fazer uma revisão da discussão existente sobre a economia brasileira que insiste em apontar a produção do café como o principal motivador do processo de industrialização iniciada no Brasil no século XIX, sem levarem em conta que a atividade industrial brasileira também foi impulsionada pela oferta do algodão, matéria-prima já abundante no país desde tempos da Primeira República.

Com este intuito, José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (2006) consideram que, até pelo menos 1930, o crescimento do capitalismo industrial dependia da orientação repassada pela exportação:

A razão dessa dependência estava no fato de que, até a década de 1930, a formação da indústria realiza-se, sobretudo, por meio da criação de empresas de transformação primária de matérias-primas destinadas à exportação (refinarias de açúcar, empresas de beneficiamento de algodão, etc.) ou de empresas que produziam mercadorias para a população de baixo nível de rendimentos (empresas têxteis, de calçados, fábricas de cerveja etc.).<sup>11</sup>

O século XX parecia promissor no que diz respeito à comercialização de produtos e ao desenvolvimento da economia brasileira. Fazendo alusão ao período da Primeira Guerra Mundial, Rui Henrique Pereira Leite de Albuquerque (1983) propõe algumas razões que justificam a ascensão do preço do algodão, neste período, e sua legitimidade no complexo de produção e comercialização:

---

<sup>11</sup> REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Op. cit.*, p. 50.

Para explicar porque a guerra “sobe os preços” do algodão, temos algumas razões. A mais forte seria o aumento da produção da indústria têxtil durante a guerra, beneficiada pelas restrições à venda de tecidos da Inglaterra - maior fornecedora – envolvida diretamente no conflito. [...]. Mas, com o final da guerra, e com a superprodução, os preços voltam a cair e a produção cai. No entanto, o algodão já tinha adquirido importância suficiente para que se constituísse um complexo de pesquisas, produção e comercialização, que impediria que a cotonicultura desaparecesse.<sup>12</sup>

Caio Prado Júnior (2008) na obra intitulada *História Econômica do Brasil*, discute sobre as condições nacionais para o funcionamento da indústria moderna no Brasil e aponta alguns fatores que ajudaram tanto a acelerar o processo de industrialização no país, como o contrário. Sobre os fatores que contribuíram para o retardamento da indústria brasileira, o autor destaca a deficiência dos mercados consumidores. Embora no final do século XIX, o mercado consumidor no Brasil apresentasse sinais de crescimento, o legado histórico da concentração de renda e da pequena circulação de capital interno apresentava-se como obstáculos para o desenvolvimento da indústria local.

Todavia, se a deficiência de mercado consumidor durante algum tempo foi um dos empecilhos para o crescimento da indústria no Brasil, por outro lado, Caio Prado Júnior (2008) destaca que a produção do algodão favoreceu a modernização da indústria brasileira no setor têxtil, como se destaca abaixo:

Outro fator favorável a indústria brasileira será a produção local de uma matéria-prima de grande importância para ela: o algodão. E efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representava sua parte substancial.<sup>13</sup>

Tendo como referência a abordagem proposta por Caio Prado Júnior (2008), percebe-se que o cultivo do algodão não só impulsionou a industrialização moderna no país, desde o final do século XIX, como também contribuiu diretamente para o início da pequena indústria, apoiada na oferta de mão de obra a baixo preço.

---

<sup>12</sup> ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. São Paulo, SP: HUCITEC; Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983, p. 118.

<sup>13</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil – 1907-1990*. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 259.

Outro aspecto relevante para a condição da industrialização no Brasil se revela através de um dado com implicações demográficas: o inchaço urbano em consequência do êxodo rural. Segundo informações publicadas por José Lopes Araújo (2006) no Atlas Escolar do Piauí, desde 1970, “o Brasil está com a população urbana maior que a rural”<sup>14</sup>, sendo que no Nordeste o aumento populacional se acentuou a partir de 1980. Como se vê, o êxodo rural, ao tempo em que reduziu a produção agrária, favoreceu de maneira positiva a oferta de mão de obra disponível para ser ocupada no setor industrial. A saída de pessoas do campo para a cidade foi impulsionada pelo aumento do número de indústrias, e, na medida em que buscavam melhores condições de vida, a cidade era vista como uma possibilidade de se conseguir um emprego, neste caso, o de operário das fábricas, principalmente nas capitais.

No tocante a mão de obra disponível para ser utilizada no setor fabril industrial, Ana Cláudia de Arruda Costa (2006) considera que, apesar da demanda ser significativa, a mão de obra não era qualificada o suficiente para promover o desenvolvimento da produção, inviabilizando o crescimento econômico da indústria têxtil.

A mão-de-obra utilizada no setor têxtil era basicamente a população pobre e na maioria das vezes não tinham instrução suficiente para operar máquinas, causando uma série de consequências, uma vez que se necessitava de mais operários para otimizar a produção e isso acarretava um maior custo, encarecendo, assim, o produto final.<sup>15</sup>

Contudo, percebe-se que o processo de industrialização no Brasil não foi fácil, acontecendo de forma gradual. Além de não contar com uma mão de obra especializada no trabalho fabril, a indústria brasileira teve, nos primeiros anos de seu desenvolvimento, uma fabricação de produtos de baixa qualidade em decorrência do atraso tecnológico das máquinas existentes nas fábricas.

A referência aos autores que discutem sobre o começo da industrialização brasileira foi exposta não no sentido de retificar ou ratificar uma

---

<sup>14</sup> ARAÚJO, José Lopes. *Atlas escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2006, p. 161.

<sup>15</sup> COSTA, Ana Cláudia de Arruda. *Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: Um estudo da década de noventa*. Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, 2004, p. 42 (monografia).

data ou um produtor como o responsável imediato pelo seu processo no Brasil, mas tem como objetivo mostrar a presença e utilização do algodão que, assim como foi matéria-prima para outras regiões do Brasil, serviu de pontapé inicial para a instalação da primeira indústria têxtil na cidade de Picos.

## **1.2 O processo de industrialização do Piauí frente à conjuntura econômica do Piauí no século XIX e XX**

O século XIX foi um período propício para a consolidação da indústria têxtil no Brasil e na região Nordeste. Na década de 1880, se tem notícias da criação de indústrias, principalmente, do ramo têxtil em diversas partes do Brasil, alcançando o Estado de Pernambuco. Como resultado dos incentivos propostos pelo governo, em 1881, foi criada uma empresa têxtil na cidade de Madalena, localizada em Pernambuco<sup>16</sup>. A abertura comercial de uma indústria têxtil nos anos 1880, em Pernambuco, mesmo que não tenha acompanhado a competitividade da indústria da região Sudeste do Brasil, foi significativa para o desenvolvimento das relações de produção e de capital, de maneira que foi palco de uma das primeiras greves das indústrias do país.

Um dos motivos para a consolidação da indústria têxtil em Pernambuco, no século XIX, de acordo com Ana Cláudia de Arruda Costa (2006), se deve ao:

[...] surgimento e crescimento da demanda por produtos têxteis, como também pela ampliação da produção das unidades fabris dadas a incorporação de novos equipamentos e máquinas às fábricas já existentes. Outro motivo relativo a este crescimento, deve-se à substituição dos tecidos estrangeiros pelos nacionais ocorrido no período da primeira guerra mundial, 1914-1918. Passando a existir uma maior intensificação da indústria nacional, com o aumento relativo da demanda interna, tendo que aumentar as jornadas de trabalho para intensificar a produção.<sup>17</sup>

Entretanto, isto só foi possível graças ao aumento da produção do algodão, em Pernambuco, que visava, inicialmente, ser utilizada para a alimentação do gado nos períodos de seca. Segundo Ana Cláudia de Arruda

---

<sup>16</sup> COSTA, Ana Cláudia de Arruda. *Op. cit.*

<sup>17</sup> *Idem.*, p. 42.

Costa (2006), este fator foi muito importante para o cultivo do algodão, pois os fazendeiros passaram a “ceder” terras para os moradores de suas propriedades em troca da rama de algodão aproveitada como ração no alimento do gado. Sendo assim:

[...] O algodão, então produzido, era negociado diretamente pelos produtores com os comerciantes, que, em troca, abasteciam aqueles com outros bens necessários para sobrevivência. Sabia-se, também, que o algodão era uma cultura mais democrática em comparação à cana-de-açúcar, visto que podia ser produzido por todas as camadas da classe social, ou seja, grandes e pequenos proprietários.<sup>18</sup>

Não se sabe ao certo se tal prática também foi implementada nas fazendas de gado do Piauí no século XIX, mas em virtude da decadência da pecuária, como será analisado no tópico 1.3 deste capítulo. Sabe-se, no entanto, que no Piauí o algodão foi um produto agrícola de certa relevância para a economia local, chegando a ser o segundo maior produto de exportação do Estado, perdendo apenas para o comércio do gado, de acordo com Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006a).

Sobre o cultivo do algodão em solo piauiense, Graziane Gerbasi Fonseca (2004) disserta que o aumento da produção algodoeira na região Sul do Piauí é fruto das novas técnicas agrícolas implementadas pelos italianos, quando se instalaram na região de Picos, no final do século XIX. Segundo Graziane Gerbasi Fonseca (2004), os italianos foram responsáveis pelo melhoramento da semente proporcionando uma fibra de algodão de melhor qualidade e um aumento da exportação do produto para outras regiões do Brasil e do mundo.

Além desses fatores, Renato Duarte (2002) afirma que “o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) deu grande impulso as importações de algodão, borracha de maniçoba, óleo de mamona, couro, fumo, cera de carnaúba, café e açúcar”<sup>19</sup>. Os produtos oriundos da atividade agrícola, como o algodão e os do extrativismo vegetal, tradicionalmente produzidos nos

---

<sup>18</sup> COSTA, Ana Cláudia de Arruda. *Op. cit.*, p. 42.

<sup>19</sup> DUARTE, Renato. *A reconstrução de uma cidade: Plano de Desenvolvimento para Picos*. Teresina: Comp. Ed. do Estado do Piauí, 2002, p. 18.

municípios piauienses ganharam espaço no mercado nacional e internacional, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX<sup>20</sup>.

No processo de exportação de matéria-prima local é possível perceber a presença do algodão liderando entre os produtos dos municípios nordestinos. Nessa época, sua produção já era consolidada no Nordeste, devido, principalmente, a sua boa adaptação ao clima semi-árido, necessitando apenas de cuidados iniciais. Denise Monteiro Takeia (1985) ao explicar sobre o cultivo do algodão do Nordeste, afirma:

No sertão, o algodão era cultura típica da várzea, isto é, da faixa de terrenos que se estendiam ao longo das margens dos rios intermitentes da área. O leito desses rios, secos na maior parte do ano, ficava reservado para a cultura do feijão e batata-doce basicamente. Mas o cultivo do algodão, ao expandir-se, ultrapassou muitas vezes os limites da várzea atingindo terrenos mais altos, secos e pedregosos.<sup>21</sup>

Sobre a especialização dos produtos, ou seja, a prática de produzir em determinada região o mesmo produto, Renato Duarte (2002) reitera que:

Devido as políticas protecionistas adotadas pelo Governo Central, o Nordeste transformou-se em importador de produtos manufaturados provenientes da região Sudeste, e a indústria nordestina ficou restrita, praticamente à produção de tecidos, de alguns tipos de produtos alimentares (inclusive o açúcar) e bebidas. Essa especialização, aliás, foi mantida mesmo depois da criação dos incentivos fiscais para a industrialização no Nordeste, o Sistema 34/18 (depois FINOR), em meados dos anos 60.<sup>22</sup>

A especialização do cultivo de determinados produtos se deve, também, ao clima do Nordeste, definido basicamente em duas estações do ano: inverno e verão. Apesar de ser dita como uma região bastante seca é inegável que o solo fértil de determinadas zonas do Nordeste, aliado aos interesses econômicos dos proprietários de terras em concentrar o uso do solo para um ou outro produto que atendesse as exigências do mercado consumidor e dos

---

<sup>20</sup> Cf.: QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a. \_\_\_\_\_. *A importância da borracha de maniçoba na economia piauiense: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006b.

<sup>21</sup> TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro nordeste*. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1985, p. 61.

<sup>22</sup> DUARTE, Renato. *Op.cit.*, 2002, p. 19.

índices de exportação, fez com que a agricultura fosse em sua maioria de subsistência, sendo que os produtos de exportação ficaram restritos a produção da cana de açúcar, da maniçoba, do coco babaçu, da carnaúba e do algodão, como produtos de exportação.

No entanto, parte da produção agrícola não pôde ser mais desenvolvida por causa dos poucos recursos financeiros destinados ao Nordeste por parte do governo central e local. Felipe Mendes (2003), ao fazer um estudo sobre a economia do Piauí, versa sobre os planos do governo que tinham por finalidade estimar os investimentos privados na região Nordeste. Dentre os planos, estava o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

Segundo Felipe Mendes (2003), a participação do governo nos incentivos fiscais, inicialmente, consistia na dispensa de 50% do imposto de renda e 100% do imposto de importação, conhecido como sistema 34/18. Posteriormente, já em 1974, o sistema foi reestruturado e criou-se o FINOR. O FINOR consistia em políticas de incentivo para a região Nordeste do Brasil, com repercussão no âmbito da estrutura industrial, geração de empregos e renda, bem como das finanças públicas estaduais e da especialidade do desenvolvimento regional.

Com este quadro econômico apresentado sobre o Nordeste e o Brasil do século XX, não é difícil imaginar as condições econômicas, sociais e políticas que se encontrava o Piauí, visto pela mídia como um dos Estados mais pobres da nação.

Na segunda metade do século XX, frente às dificuldades de instalação da indústria no Piauí estavam os problemas ligados a distribuição da energia elétrica. Para tanto, as preocupações do Governo pairavam em torno do funcionamento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, projeto apresentado pela comissão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)<sup>23</sup>. O projeto seria viabilizado por meio da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, com intuito de portar utilidade pública e proporcionar benefício ao Piauí. Entende-se que o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Boa

---

<sup>23</sup> Segundo Felipe Mendes, no ano de 1963 deu-se a criação da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, em 1964 início da construção da usina de Boa Esperança, e 1974, integração de Boa Esperança ao Sistema da CHESF. (Cf.: Felipe Mendes. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003, p. 435; 439).

Esperança iria dispor “de energia suficiente para criar condições de implantação de atividades econômicas de grande consumo de energia”<sup>24</sup>, como, por exemplo, os planos de industrialização.

Os argumentos apresentados pelos autores Renato Duarte (2002) e Felipe Mendes (2003), sobre o processo de industrialização no Piauí, defendem que, na realidade, a maior parte dos projetos e desejos de instalação de indústrias piauiense ficou no mundo das ideias, seja no tocante aos setores econômicos, quanto ao setor secundário. Em consonância com esses argumentos, Antônio José Medeiros (1996) afirma que, em 1948, as indústrias participavam efetivamente com apenas 7% na economia estadual, enquanto o setor primário representava 39% e o setor terciário representava 54% na renda interna do Estado.

Embora o setor industrial do Piauí tivesse menor participação na economia, Antônio José Medeiros (1996) aponta que ainda na década de 1970, os produtos industrializados alcançaram alto índice de participação nas finanças do Estado. Tal fato se deve à oscilação econômica provocada pela crise nos produtos alimentícios, porém, na mesma década, chegou a recuperar a posição de liderança em relação aos produtos industrializados. Antônio José Medeiros (1996) ainda argumenta que pelo pequeno número de mão de obra ocupada no setor têxtil do Piauí, o mesmo chegou a se caracterizar como pequenas manufaturas, do que propriamente fábricas modernas.

Pode-se considerar, diante dessa realidade industrial, que o Piauí não poderia repentinamente sofrer uma explosão industrial, mesmo à custa dos incentivos da SUDENE. O setor secundário continuou durante muito tempo com a menor representatividade comercial e econômica do Piauí.

Felipe Mendes (2003), na obra *Economia e Desenvolvimento do Piauí*, apresenta a preocupação em discutir sobre a criação da SUDENE. Por essa razão, pretende-se utilizar as ideias apontadas pelo autor para explicar como se deu a atuação desse órgão em prol da região Nordeste e do Estado do Piauí. Faz-se interessante mencionar que, quando o Felipe Mendes (2003) se refere à contribuição deste órgão para o Piauí, percebe-se em suas

---

<sup>24</sup> ELETROBRAS Distribuição Piauí. Evolução histórica. (Disponível em: <<http://www.cepisa.com.br/cepisa/historico.php>>. Acesso em: 02 maio 2012).

proposições um olhar crítico sobre o tema, por acreditar que o Piauí poderia ter recebido mais benefício da SUDENE e, com isso, ter desenvolvido a economia local.

Contextualizando o período político-econômico de meados do século XX, Felipe Mendes (2003) coloca que no dia 20 de fevereiro de 1959, o então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, enviou ao Congresso Nacional uma mensagem de número 79-A, acompanhada por um projeto de lei que propunha a criação da SUDENE. Segundo o autor:

O novo órgão recebeu a responsabilidade de estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, supervisionar, coordenar e controlar a execução de projetos a cargo de órgãos federais na região, e executar, diretamente ou mediante convênios, os projetos de desenvolvimento que lhe forem atribuídos.<sup>25</sup>

Corriqueiramente, os autores que analisam a conjuntura econômica e política do Nordeste na segunda metade do século XX, fazem referência à atuação da SUDENE quanto aos serviços prestados para os Estados desta região. Acumulando funções, a SUDENE tinha a responsabilidade de desenvolver não só a economia, como promover o desenvolvimento do Nordeste, visto que:

No início a SUDENE, que deveria coordenar as ações dos diversos órgãos federais com atuação no Nordeste, também executava obras de eletrificação e de abastecimento d'água nos municípios, além de realizar estudos de recursos naturais e implantar projetos de colonização no Maranhão, conforme estabeleciam os seus Planos Diretores.<sup>26</sup>

No fragmento acima, Felipe Mendes (2003) deixa claro que em razão de tantas atribuições a ser desempenhada pela SUDENE, a execução direta de ações só foi possível de serem realizadas com a criação de empresas subsidiárias à SUDENE, na perspectiva de lhe auxiliarem na execução das obras previstas nos diversos segmentos, a saber: esgotos, eletrificação, água etc. E acrescenta que no II Plano Diretor da SUDENE, foram apresentados

---

<sup>25</sup> MENDES, Felipe. *Op. cit.*, p. 201.

<sup>26</sup> Id. *Ibidem*.

como prioridade diversos projetos voltados para a produção, dentre eles destaca-se o projeto de estímulo ao Desenvolvimento da Economia Algodoeira.

Observa-se nos argumentos propostos por Felipe Mendes, determinadas ressalvas quanto à atuação da SUDENE no Piauí. O autor aponta que na década de 1980, o Piauí “continuava à margem dos planos regionais”<sup>27</sup> já implementados pela SUDENE, bem como o Estado contava com uma “falta de compreensão da realidade”<sup>28</sup>, pois o Piauí não era visto como uma prioridade pelos projetos de desenvolvimento da autarquia integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal. Em relação à concentração e distribuição dos recursos, nota-se que, apesar de irrisórias, as verbas destinadas para o Piauí no intuito de desenvolver o setor da indústria, possibilitou a instalação da Indústrias Coelho S/A, em Picos, na década de 1970. De acordo com os dados analisados, percebeu-se que foram dos recursos oriundos do Grupo Coelho e com auxílio da SUDENE que o grupo instalou a primeira indústria têxtil em Picos.

Felipe Mendes (2003) ainda reitera que o Piauí deu início a uma nova fase do processo de desenvolvimento econômico a partir de 1970, com a inauguração da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, beneficiando não só os domicílios piauienses, como também abriu espaço para o incremento da indústria no Estado. O autor dá ênfase à construção da Usina Hidrelétrica, por considerar que, por mais que o governo (central ou o local) e empresários tivessem interesse em desenvolver o setor industrial no Piauí, sem o fornecimento de energia elétrica com potência suficiente para promover o desenvolvimento industrial do Estado, que só chegou a partir de 1970, e sem infraestrutura necessária, não seria possível implementações neste setor no Piauí. Felipe Mendes (2003) avalia que:

Os incentivos fiscais não eram condição suficiente para a industrialização, ou, em outras palavras, não basta a vontade do governo, nem mesmo a própria indústria para haver industrialização: as atividades dos diversos setores da economia são interdependentes, formando-se as chamadas cadeias produtivas.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> MENDES, Felipe. Op. cit., p. 218.

<sup>28</sup> Id. Ibdem.

<sup>29</sup> Idem., p. 96.

Para o economista Felipe Mendes (2003), além da energia elétrica, o Piauí necessitava de outros melhoramentos, como, por exemplo, estradas, oferta suficiente de matéria-prima, mercado consumidor interno e a distribuição de renda mais justa. E acrescenta que:

Com a SUDENE, a partir de 1960, começou o processo de industrialização do Nordeste, que teve como principal objetivo a substituição de importações do Centro-Sul do País, e novamente o Piauí teve que esperar, pois a política adotada dava preferência à concentração industrial nos pólos de Recife, Salvador e Fortaleza.<sup>30</sup>

Em relação à indústria no Piauí, Felipe Mendes (2003) afirma que houve uma oscilação neste setor. Para detalhar melhor sobre o assunto, o autor apresenta uma tabela que, em síntese, informa o número de estabelecimentos industriais existentes no Nordeste, que representava 2,4%, em 1950; atingiu 8,1%, em 1970; e caiu para 4,4%, em 1999. Entende-se, portanto, que no setor industrial, até o período estudado, não houve um período de estabilidade e de crescimento progressivo da industrialização no Nordeste.

Todavia, tal quadro de instabilidade no crescimento da industrialização do Nordeste e no Piauí, na segunda metade do século XX, foi acompanhado tanto pela oscilação da economia brasileira, como também teve reflexo direto da competitividade da produção industrial fabricada na região Sul e Sudeste e comercializada no Nordeste, como explica Felipe Mendes (2003):

A integração da economia do Estado à economia brasileira, iniciada na década de 1950 e intensificada a partir de 1960, com a construção de estradas ligando o Sudeste ao Nordeste, teve como primeira consequência o crescimento das importações da região Sudeste, principalmente de São Paulo. Outra consequência imediata, resultado da primeira foi o desaparecimento de centenas de pequenas fábricas no Piauí, impossibilitadas de competir com as indústrias de outros Estados, que produziam em maior escala, com menores custos e com tecnologia mais moderna<sup>31</sup>.

Apesar da necessidade de construção de estradas para atrair investimentos no setor industrial do Piauí, Felipe Mendes (2003) ressalta que o

---

<sup>30</sup> MENDES, Felipe. Op. cit., p. 96.

<sup>31</sup> Idem., p. 99.

investimento neste setor trouxe “outra consequência imediata, resultado da primeira”, ou seja, trouxe em seu bojo a ruína de fábricas piauienses. A construção de estradas interligando a região Sudeste ao Nordeste, para Felipe Mendes, foi um fator prejudicial ao funcionamento e estabilidade da pequena indústria piauiense pelo motivo da incapacidade do produto têxtil fabricado no Piauí concorrer igualmente com aqueles fabricados por outros Estados, que contava com o uso de alta tecnologia e oferecia produtos de melhor qualidade em menores preços.

Diante do exposto, percebe-se que vários fatores foram responsáveis pela baixa industrialização do Piauí. No que toca a situação de desenvolvimento econômico do Piauí, no século XX, Raimundo Nonato de Santana (2001) complementa a discussão sobre o tema e apresenta outros fatores que retardaram ou impediram a instalação da indústria no Piauí:

Entre os fatores limitativos do comércio pode-se ressaltar os seguintes: crescimento urbano desfavorável, semiestagnação da economia pastoril, dependência em relação à procura do mercado internacional para produção de cera de carnaúba, moldes primitivistas do processo de extração da cera e do babaçu, atividade industrial incipiente, escassa procura efetiva e baixa renda per capita.<sup>32</sup>

Diante de tantos fatores negativos não seria fácil para o Piauí mudar uma conjuntura econômica vigente desde o final do século XIX, quiçá desde o período colonial. Percebe-se ainda, conforme bibliografia estudada, que a economia do Piauí caracterizou-se como cíclica, como, por exemplo, com a ascensão dos gêneros de exportação com a venda da borracha de maniçoba, cera de carnaúba e o babaçu, que tiveram seus períodos de oscilação, entre períodos de exportação e declínio, durante a primeira metade do século XX até a Segunda Guerra Mundial, segundo Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006b).

Vale ressaltar que no período da segunda metade do século XX, no Piauí, não predominava somente a agricultura de subsistência e nem tampouco os gêneros de exportação. Havia a prática da pecuária tão antiga quanto o próprio cultivo dos gêneros de subsistência e de exportação. Na principal

---

<sup>32</sup> SANTANA, Raimundo Nonato de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Academia Piauiense de Letras – Convênio com o Banco do Nordeste, 2001, p. 132.

atividade econômica desenvolvida no Piauí, a pecuária, “novas” técnicas de manejo foram aparecendo e aperfeiçoando a criação do gado para comercialização e exportação. Dentre as técnicas implementadas pelos produtores, José Lopes Araujo ( 2006) destaca:

Na pecuária, muitos produtores já introduziram novas técnicas de manejo (plantação de capineiras, preparação de feno, rações suplementares, confinamento do gado mais fraco no período seco, construção de maternidades e brets), tratamento sanitário (vacinação do gado) e benefício genético (introdução de reprodutores de raças leiteiras ou de corte, inseminação artificial, etc.<sup>33</sup>

Não obstante, ao falar de industrialização no Piauí, alguns autores abordam que a primeira dessa atividade teria sido a de preparação da carne bovina para negociação e comercialização do produto em outras regiões do Brasil. Segundo informações publicadas no *Atlas Escolar*, essa tentativa de industrialização da carne bovina proporcionou um apelido à atividade de *charqueadas*. A matéria-prima dessa “industrialização”, a carne bovina, não deixa dúvidas de que era o produto de maior oferta no Estado, atividade produtiva desenvolvida no Piauí desde o período colonial.

No Piauí, buscou-se ao longo dos anos o seu desenvolvimento econômico a partir do beneficiamento da agricultura, sobretudo, a de exportação. Esse desenvolvimento foi relativamente favorecido pela rede rodoviária, uma vez que a construção de estradas federais interligando o Nordeste as outras regiões do país, a partir de 1960, possibilitou aos produtores piauienses manterem contato com outros produtores e a se adaptarem às novas técnicas de cultivo do solo. Durante este processo de adaptação teve uma ampliação nas áreas cultivadas pela agricultura, como explicita José Lopes Araújo:

[...] o aumento da produção em virtude do melhoramento da tecnologia empregada por muitos produtores tanto no preparo da terra (aradagem, correção do solo, utilização de curvas de nível), quanto no cultivo (seleção de sementes, aplicação de defensivos agrícolas, irrigação, técnicas de consorciamento de culturas) etc.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> ARAÚJO, José Lopes. *Op. cit.*, p. 99.

<sup>34</sup> Id. *Ibidem*.

Os autores Raimundo Nonato de Santana (2001) e Renato Duarte (2002), discorrendo sobre o período e o tema em questão, concordam no fato de que o comércio local não foi propriamente um elemento propulsor da sua expansão no Estado, visto que se apresentou de maneira tímida por concentrar preocupações individuais. Tal característica provém da atividade de subsistência largamente desenvolvida nas propriedades rurais, na medida em que predominava a organização empresarial individual, prática bastante comum, principalmente, entre as famílias das áreas rurais. Percebe-se que durante esse período, o comércio se concentrava em torno das vendas a varejo, o que evidencia uma maior dependência do Piauí a outros Estados, sobretudo com aqueles em que o Piauí mantinha relações comerciais de importação, tais como a Bahia, o Pernambuco e o Ceará.

### **1.3 Economia cíclica e o cultivo do “ouro branco” em solo picoense**

A cidade de Picos (PI), na segunda metade do século XX, não passava de uma cidade interiorana do Piauí, onde o urbano e o rural dividiam o mesmo espaço. O lento desenvolvimento da economia, não era uma situação *sui generis*, se comparada a outras cidades do Piauí no mesmo período. Antes, refletia uma condição estrutural em que o Nordeste também se encontrava de forma geral, pois, embora alguns municípios nordestinos tivessem uma atividade de exportação em pleno funcionamento, estes ainda dependiam dos produtos de importação de outros Estados.

Para melhor compreender o contexto socioeconômico e político de Picos no período compreendido entre os anos de 1950 a 1970, destacam-se os estudos do economista Renato Duarte (2002; 1995). Articulista de alguns livros que retratam a cidade de Picos na segunda metade do século XX, o autor apresenta um panorama sobre o período que antecede a instalação da Indústrias Coelho S/A. Nesta perspectiva, associado à noção de *tempo* e *espaço*, pode-se afirmar, segundo Renato Duarte, que não houve mudanças bruscas e repentinas no setor econômico da região de Picos com a chegada da Indústria Têxtil na cidade.

O economista Renato Duarte, além de ser natural de Picos, durante toda sua vida acompanhou a ampliação e as mudanças da cidade. Assim, em relação à conjuntura local, afirma:

Não se pode perder de vista que, apesar de ter havido indústrias em Picos na primeira metade do século XX, a contribuição maior para o produto bruto municipal era dada (como na maioria dos municípios nordestinos), pela atividade agropecuária. As atividades comerciais, como auxiliares na distribuição da produção gerada pela agropecuária e pela indústria, tinha na Picos dos anos 50, a dimensão correspondente à importância dos outros dois setores produtivos. Uma vez reduzida a demanda dos chamados “gêneros de exportação”, diminuiu drasticamente a produção local.<sup>35</sup>

No livro intitulado *A reconstrução de uma cidade: plano de desenvolvimento para Picos*, Renato Duarte (2002) aproveita o momento para fazer um comentário crítico sobre o modo de administração adotado pelos políticos que ocuparam o cargo de chefe do executivo municipal. Para Renato Duarte (2002), faltaram investimentos, envio de recursos e financiamentos não só para estimular e desenvolver a economia de Picos, como também os seus aspectos sociais, culturais, políticos etc. Por essa razão, o autor faz uma crítica aos gestores do passado e se arrisca a apresentar soluções para o futuro. O autor sustenta que os gêneros de exportação não foram suficientes para garantir o avanço da produção local, nesse sentido, apresenta alternativas de cultivo viáveis para o semi-árido.

Sobre a produção agrícola de Picos e sua macrorregião, a maior parte dos produtos era vendida para outros Estados resultando no enfraquecimento do comércio local. Raimundo Nonato de Santana (2001) assinala diversos exemplos de cidades piauienses que exportavam seus produtos, a saber: Piripiri, Valença, São Raimundo Nonato e Picos que exportavam para Crato, Juazeiro do Norte, Iguatu e Fortaleza no Ceará; Araripina, Salgueiro, Serra Talhada, Caruaru, Limoeiro, Petrolina e Recife em Pernambuco; Campina Grande, Cajazeira, Patos, Sousa e João Pessoa na Paraíba; Mossoró, Macau, Currais Novos e Natal no Rio Grande do Norte; Juazeiro, Jacobina, Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha na Bahia. Todavia, entende-se que essas cidades

---

<sup>35</sup> DUARTE, Renato. *Op. cit.*, 1995, p. 21.

exportavam seus produtos para outros Estados não porque não tivessem a preocupação com o desenvolvimento do comércio local, mas faziam esta prática em razão da baixa demanda do mercado interno, uma vez que exportando seus produtos beneficiariam a circulação de moeda na região.

Segundo Renato Duarte (2002), as análises que se tem feito até o momento no tocante a cultura do algodão pelos historiadores e economista revelam que a necessidade do cultivo da herbácea surgiu por conta da decadência da pecuária e pela incapacidade do comércio local concorrer com o mercado externo oriundo das novas áreas de criação na região Sul do Brasil.

Surtos de comercialização de produtos do extrativismo vegetal, como maniçoba, carnaúba e babaçu tiveram seus períodos de ascensão e queda. De forma cíclica, a economia do Piauí teve suas finanças sendo abastecidas pelo ciclo da pecuária, do algodão e do extrativismo vegetal, que de maneira lenta, não foram suficientes para garantir uma economia de base forte mantida exclusivamente pela exportação desses produtos por todo o século XX. A historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006b) assegura que uma das razões para os gêneros de exportação não terem sido fortes o suficiente para se manter nos mercados consumidores em grande escala, foi a irrelevante intervenção pública neste setor que atuava apenas em caráter legislativo.

Todavia, esta não é a única explicação assinalada por Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006b) para entender o atraso econômico do Piauí e seu lento desenvolvimento ainda no século XX. A autora evidencia que, assim como a pecuária, o extrativismo vegetal não trouxe mudanças significativas para o Piauí, sendo realizado sem investimentos de capitais e através do uso da mão de obra local ociosa. Se por um lado, o extrativismo vegetal promoveu a entrada de recursos para o Piauí e a formação de centros urbanos e comerciais; por outro lado, as permanências e dificuldades de infraestrutura e de qualidade de mão de obra continuavam evidentes frente à distribuição da população nas propriedades rurais de forma dispersa, a concentração de renda e pequena circulação de capital, produção agrícola ainda de forma primitiva, dentre outros. Assim sendo, percebe-se que ao longo dos anos que se seguiram no século XX, a economia local frequentemente se alternava entre diversos produtos, ou em torno de um mesmo tipo de produto, promovendo um caráter cíclico a economia piauiense em determinado período sem provocar e

manter o desenvolvimento industrial do Piauí, como ressalta Márcio Braz (2007) ao tratar sobre o atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense:

A implantação da infraestrutura que deveria dar apoio à produção no Estado levou toda a década de 70 para ser concluída e, quando isso aconteceu, o modelo primário exportador já havia se esgotado e o país entrado na “década perdida”. O crescimento econômico foi preterido diante da necessidade de combater a inflação - objetivo que só é alcançado em 1994 com a implantação do Plano Real. O lado positivo é que, de certa forma, o tamanho reduzido e o isolacionismo protegeram o Piauí das intempéries econômicas, fazendo com que ele atravessasse todo o período sem grandes transtornos.<sup>36</sup>

Contudo, vale ressaltar que o algodão foi cultivado no Piauí e ganhou proporções comerciais de exportação, chegando a estimular a vinda de indústrias modernas para o Estado, apesar de todos os problemas já apontados. Segundo Felipe Mendes, a produção de algodão era um empreendimento econômico de fácil desenvolvimento, por se tratar de uma cultura simples e que exigia pouco capital, bem como se adaptava facilmente ao clima da região nordeste e piauiense. Todavia, o período de crescimento da produção agrícola no Piauí só ocorreu na segunda metade do século XIX com “[...] o início da produção e exportação do algodão para as fábricas inglesas – sobretudo com a crise da produção norte americana, motivada pela Guerra de Secessão [...]”<sup>37</sup>

Mesmo assim, a renda proveniente do algodão não se mostrou sustentável por muito tempo. Raimundo Nonato Monteiro de Santana (2001) enfatiza que a produção do algodão, na segunda metade do século XIX:

Era considerada, nesse período, a única cultura de importância e o principal ramo da agricultura. Mas não evoluíra a técnica utilizada. Os lucros obtidos, além de relativamente pequenos, serviam para pagar as compras feitas no estrangeiro de mercadorias de consumo e outros bens. A renda não se

---

<sup>36</sup> BRAZ, Márcio. Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense. In: *Texto de Discussão*. Ano 6, n. 12, maio 2007. (Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/texto\\_12.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/texto_12.pdf). Acesso em: jun. 2012).

<sup>37</sup> MENDES, Felipe. História do Piauí república. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/74968522/Historia-Piaui-Republica>. Acesso em: ago. 2012.

redistribuía e o comércio não era firme. Contudo a cultura ia tomando maior extensão, com a saída pelos entrepostos de São Luís e Parnaíba. Em 1864, a alta do algodão nas praças comerciais fez com que os agricultores se ativassem. Teresina, União e São Gonçalo (Amarante) eram os maiores produtos.<sup>38</sup>

Fazendo uma colocação um tanto apologética sobre os anos iniciais do cultivo do algodão no solo picoense, Graziane Gerbasi Fonseca (2004) aponta que a chegada dos italianos em Picos, a partir de 1870, e sua atuação como comerciantes na região Centro-Sul do Estado, contribuíram significativamente para a produção do algodão. Constatando a baixa qualidade do algodão produzido pelos agricultores locais, os italianos implementaram novas formas de cultivo do solo promovendo um melhoramento do produto a ser comercializado. Nesse intuito, considera que:

Francisco Antônio Prota em particular, atuando no âmbito da Associação Comercial que ajudara a fundar em Picos, mandou comprar carradas de sementes selecionadas (*Gossypium herbaceum*) em Senador Pompeu e fez a distribuição entre os cultivadores da região.<sup>39</sup>

A afirmação proposta pelo sociólogo Graziane Gerbasi Fonseca (2004) sobre a atuação dos italianos no sertão do Piauí, é feita no sentido de atribuir à eles a responsabilidade pelo aumento da produção de algodão na região de Picos, nas décadas de 1960 e 1970, como pode ser observado no fragmento a seguir:

[...] igualmente inquestionáveis são os seus desdobramentos ao longo de muitos anos subsequentes, ajudando na formação de um pólo algodoeiro em Picos que teve seu apogeu nos anos 1960, com várias usinas descaroçadeiras e de extração de óleo da semente.<sup>40</sup>

Renato Duarte (1995) ainda coloca que naquele período, na maioria das propriedades rurais de Picos a exploração da terra era feita através de uma agricultura de subsistência pautada no cultivo de produtos de subsistência, tais

---

<sup>38</sup> SANTANA, R. N. Monteiro de. *Op. cit.*, p.63.

<sup>39</sup> FONSECA, Graziane Gerbasi. *Os italianos de Picos: esboço para a história das relações entre o Golfo de Policastro e o Sertão Nordeste a partir de 1870*. Teresina: EDUFPI, 2004, p. 252.

<sup>40</sup> FONSECA, Graziane Gerbasi. *Op. cit.*, p. 252.

como o feijão, o milho, a mandioca e o arroz; que variava com culturas comerciais, no caso o algodão, o alho e a cebola. Quanto à comercialização desses produtos, por volta da década de 1950, o autor ressalta que uma das alternativas empregadas pelos proprietários de terras e cultivadores da fibra algodoeira, foi a de vender o produto em pequenas quantidades diretamente para as firmas exportadoras. O descaroçamento e o enfardamento do algodão eram feitos em unidades industriais de maior porte existentes na cidade, e a partir desse processo, a matéria-prima semiprocessada, em Picos, era transportada em caminhões para o Crato (CE) ou para Fortaleza (CE), onde seguiriam destino para as grandes capitais do país ou para o exterior, de acordo com Renato Duarte (2002).

Uma última análise acerca da produção algodoeira da região de Picos no século XX, especificamente no período em estudo, 1970 a 1999, constituiu-se fundamentada nas pesquisas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) <sup>41</sup>. Os dados da pesquisa apontam que no ano de 1970 a quantidade de algodão produzida em Picos foi de 1.042 toneladas com o valor de 940 mil cruzeiros. Já no ano de 1979, ou seja, seis anos depois da instalação da Indústrias Coelho S/A, em Picos, a produção foi de 2.709 toneladas com um valor de 45.159 mil cruzeiros. Através destes dados pode-se observar que a lavoura algodoeira da região teve um salto positivo na produção.

É inegável a importância do algodão para ao desenvolvimento da economia piauiense. Entretanto, como a economia local dependia também da brasileira, as deficiências desta refletiram diretamente no plano econômico picoense. Pode-se ainda acrescentar que, no recorte temporal estudado, a diferença mais notável foi no tocante a atuação dos órgãos federais e estaduais, em relação ao Estado e seus municípios. Do mesmo modo, observa-se também que dos três setores econômicos o mais prejudicado foi o secundário, ficando sempre, o Piauí, com a menor parte dos investimentos.

Contudo, o algodão cultivado em solo picoense foi o principal motivador para que um Grupo de empresários no ramo da indústria têxtil de Pernambuco percebesse a potencialidade da região no fornecimento de farta matéria-prima

---

<sup>41</sup> Censo Agropecuário do Piauí de 1970 e Produção Agrícola Municipal de 1979.

para a produção. Assim, é com este interesse que, no capítulo a seguir, pretende-se analisar o processo de instalação da primeira indústria têxtil na cidade de Picos, na década de 1970, empreendimento que não perdurou por mais de três décadas. Trata-se da história da Indústrias Coelhos S/A.

## 2 INDÚSTRIAS COELHO S/A: A PRIMEIRA INDÚSTRIA TÊXTIL DE PICOS

Ela começou nesta data. É porque ela se iniciou em 1973, no início do ano. Foi uma construtora na época que construiu isso aqui. Hoje, os patrões... Uma estrutura muito boa que, inclusive, a construtora era deles, e fizeram isso aí, acho que algo em torno de um ano, um ano e pouco, porque ela já veio funcionar no dia 02 de julho de 1974.<sup>42</sup>

Para o Sr. Francisco Borges Gonçalves a Indústrias Coelho S/A foi construída em Picos no ano de 1973, tendo um complexo maquinário e os operários trabalhando até o final da década de 1990. O antigo funcionário da Indústrias Coelho S/A estabelece o ano de 1973-74 como um marco da chegada da indústria moderna em Picos. O destaque para a fala do Sr. Francisco Borges Gonçalves como epígrafe deste capítulo, se deve à importância da memória de um operário para a construção da história da primeira indústria têxtil de Picos, uma vez que acompanhou a trajetória da Indústrias Coelho S/A desde que conseguiu uma vaga como empregado, em 1977, ocupando o cargo de auxiliar de faturamento, passando depois a trabalhar na Carteira Fiscal e, por último, no setor de contabilidade. O Sr. Francisco Borges Gonçalves vivenciou tempos de desenvolvimento e oscilação da Indústria no seu espaço de trabalho e juntamente com um grupo de aproximadamente mil e cem funcionários, viu a razão social Indústrias Coelho S/A se dissipar em meio aos problemas econômicos, financeiros e particulares do Grupo Coelho.

O interesse de iniciar o capítulo com um fragmento de memória de um funcionário da Indústrias Coelho S/A, surgiu do interesse em compreender como se deu o processo de instalação da indústria têxtil no centro-sul do Piauí e sua desestruturação que culminou com o declínio produtivo do setor secundário de Picos. Nesse intuito, considera-se importante lançar um olhar histórico em torno do empreendimento industrial do Grupo Coelho na cidade de

---

<sup>42</sup> Francisco Borges Gonçalves nasceu em Picos. Iniciou a vida escolar em colégio particular e começou a trabalhar aos dezoito anos no Exército brasileiro. Atualmente, é formado em Ciências Contábeis e conhecido, popularmente, como Sr. Borges.

Picos, nos três últimos anos do século XX, período em que gerou renda no setor secundário, favorecendo de alguma forma o crescimento econômico da região.

Pretende-se, por conseguinte, construir uma narrativa histórica acerca da trajetória da indústria têxtil no âmbito da economia local, enquanto aparelho de transformação social, tendo em vista que a Indústrias Coelho S/A, filial de Picos, já foi estudada em outro trabalho monográfico pela ótica da administração<sup>43</sup>. Assim será abordado sobre o processo de formação do Grupo Coelho de Pernambuco, a chegada da Indústrias Coelho S/A em Picos e suas implicações nas “transformações” sociais que ocorreram na cidade e, por fim, a desestruturação do empreendimento industrial que provocou a mudança do nome de “Indústrias Coelho S/A” para “Pedra, Fiação e Tecelagem”, em virtude do arrendamento da fábrica para outra empresa.

## **2.1 Formação do Grupo Coelho de Pernambuco e sua inserção em Picos (PI)**

Para explicação do processo de constituição da Indústrias Coelho S/A, em Picos, leva-se em consideração a ideia proposta por Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991), que relatando sobre o processo de industrialização no Brasil, afirma:

Alguns donos de fábricas especialmente de tecidos, existiram em período bem anterior à República. Poucos, esparsos e dispersos, não constituíram, no entanto, grupo social de expressão antes das décadas finais do século XIX e inícios do século XX. Foi realmente de 1889/1890 em diante que os industriais começaram a aparecer como um setor diferenciado no interior da burguesia brasileira. Grandes fazendeiros e comerciantes importadores foram os primeiros a investir de forma organizada na produção industrial.<sup>44</sup>

O fragmento acima é elucidativo para compreender a formação do Grupo que deu suporte físico ao empreendimento industrial da cidade de Picos.

---

<sup>43</sup> LUZ, Umbelina Almondes. *Fatores Micro e Macroeconômicos que influenciam no fechamento das empresas: estudo de caso da Piauí Têxtil, em Picos*. Picos: Instituto de Educação Superior Raimundo Sá-IESRSA, 2011, p. 31. [monografia].

<sup>44</sup> DECCA, Maria auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1980 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991, p. 8.

Embora o estudo proposto por Maria Auxiliadora Guzzo de Decca (1991) faça referência ao final do século XIX e início do século XX, percebe-se que os fundadores da Indústrias Coelho S/A apresentam elementos semelhantes àqueles adotados pelos donos de fábrica de São Paulo, observados pela autora ao analisar a conjuntura histórica que possibilitou a produção industrial no Brasil.

Não muito diferente do que acontecia em outras regiões brasileiras, ainda nos anos cinquenta do século XX, proprietários rurais continuavam sendo eleitos a chefes do executivo estadual e municipal, dada à influência e o poder de mando que possuíam em torno do eleitorado, prática conhecida como coronelismo. Nos anos de 1916 e 1927, a Prefeitura de Petrolina (PE) teve como vice-prefeito do executivo, o coronel Clementino de Souza Coelho<sup>45</sup>. Devido ao seu envolvimento com a política, o proprietário de terras Clementino Coelho ficou conhecido na região de Petrolina (PE) como coronel Quelê. Antônio José Medeiros (1996) sustenta que essa designação de coronel era dada a nível local, se caracterizando como um mandonismo, no qual, a partir da década de cinquenta do século XX foi sendo abalado pelo processo de integração nacional, colocando em xeque a participação dos coronéis e de oligarquias frente à dominação social tradicionalista e a grande propriedade.

---

<sup>45</sup> O coronel Clementino Coelho faleceu na década de 1950 em decorrência de um acidente automobilístico. O político e empresário deixou os filhos à frente do comando dos armazéns.



**Foto 1:** Ao centro, o Coronel Clementino Coelho, usando terno escuro, ao lado de familiares e amigos.

**Fonte:** Disponível em: <http://blogdonemueljunior.blogspot.com.br/2012/09/petrolina-117-anos-de-historia-da.html>.

O coronel Clementino Coelho além da vida política, também investiu carreira no setor econômico. Tornou-se um grande empreendedor mercantil, adquirindo cada vez mais terras dos fazendeiros que fugiam da seca de Pernambuco, assim como foi um dos maiores acionistas da CHESF e Petrobrás, como explica Hilmar Ilton Santana Ferreira (2012):

Cel. Clementino foi um autêntico *self-made man*, um homem feito pelas próprias mãos. Começou como pequeno empresário e chegou a ser, segundo consta, o maior acionista privado da CHESF e da PETROBRÁS. Foi um otimizador do uso dos recursos naturais renováveis do semi-árido [...].<sup>46</sup>

A partir de 1955, conforme aponta Hilmar Ilton Santana Ferreira (2012), membros do Grupo Coelho ocuparam vários cargos políticos em Pernambuco. Neste período, ganhou corpo a trajetória não só política, mas, igualmente no ramo comercial do Grupo Coelho. Uma família de base bem estruturada que iniciou suas atividades comerciais e políticas em Pernambuco, vindo a se

---

<sup>46</sup> FERREIRA, Hilmar Ilton Santana. *Paulo de Sousa Coelho, um vizinho de visão*. (Disponível em: [www.geocities.com/hilmar\\_ilton](http://www.geocities.com/hilmar_ilton). Acesso em: maio 2012.)

estender, posteriormente, para outras regiões do Brasil, inclusive em Picos (PI). Ainda, ao tratar sobre a personalidade do coronel Clementino Coelho, Hilmar Ilton Santana Ferreira (2012), explica que:

Entre os fatores responsáveis por este crescimento estava, não pode haver dúvidas, a forma como o Cel. Clementino de Sousa Coelho educou seus filhos. Todos tiveram educação superior. E nas férias, trabalhavam nos armazéns da empresa CS. Coelho & Cia, junto com os operários, na tarefa de manusear os produtos da empresa, fardos de algodão, sacos de mamona, peles, couros. E havia ordens para que fizessem bem feito o serviço.<sup>47</sup>

Ao ler a obra de Marcos Vilhena (2006), intitulada *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*, percebe-se uma semelhança entre a esposa do engenheiro Sampaio, que teve participação significativa na carreira do marido, e a mulher do coronel Clementino Coelho, posto que, “assim como o marido, ela desafiava as barreiras de sua época, representando a emergência de algo novo que procurava se estabelecer naquele momento”<sup>48</sup>. O engenheiro Sampaio foi uma personalidade do século XIX com projetos de industrialização na região de Campinas, no Piauí. Conforme Marcos Vilhena (2006), Augusta Sampaio era um ser humano extraordinário por acreditar nos planos do marido e depositar sua confiança em um projeto econômico longínquo. Segundo informações existentes nas fontes escritas analisadas, o coronel Clementino Coelho, quando ingressou na política, já era casado com Josefa de Sousa, descrita como uma mulher de gênio forte, estudada, boa na oratória e que muitas vezes optava nas decisões do marido Clementino Coelho sobre o destino dos negócios da família. Dessa união, Clementino Coelho com Josefa de Sousa, geraram filhos: Nilo, Dulcinéia, Maria Diva, Gercino, Darcy, Caio, José, Geraldo, Paulo, Osvaldo, Augusto e Adalberto de Souza Coelho, eram (são) os doze filhos do casal que deram ascendência ao clã Coelho.

Uma das preocupações do coronel Clementino Coelho foi a de formar os filhos em várias áreas do conhecimento. Entre as fontes pesquisadas existe um consenso em relação ao ano de criação do Grupo Coelho, 1957. Na década de 1950, boa parte dos filhos do coronel Clementino Coelho já eram formados,

---

<sup>47</sup> FERREIRA, *Op. cit.*, p. 3.

<sup>48</sup> VILHENA, Marcos. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Halley, 2006.

possuindo curso superior, de maneira a ter contribuído para ampliar os negócios herdados do pai e transformar os antigos armazéns de produtos para revenda no atacado e no varejo num empreendimento da Indústrias Coelho S/A:

Inicialmente o grupo Coelho, fundado em 1957 começou a atuar na compra de produtos agrícolas e matéria-prima extrativa como: algodão, sisal, ouricuri, caroá, mamona, entre outros, para o fornecimento a grandes empresas internacionais, passado após dois anos de sua fundação, de compradora e exportadora de produtos, ao beneficiamento primário desses produtos, iniciando assim o processo de industrialização.<sup>49</sup>

Um passo importante dado pelo Grupo Coelho foi a compra de produtos extrativos para revenda no atacado. No entanto, o Grupo era grande e o coronel Clementino Coelho tinha muitos filhos, sendo necessário expandir o negócio com prestação de outros serviços. O Nordeste contou com um fator essencial para a ampliação dos negócios do Grupo Coelho, pois era uma região grande e rica em matéria-prima do algodão, sendo vista como uma região viável para as atividades do setor secundário, com base no beneficiamento da matéria-prima extrativa ou da agricultura.

Ainda sobre a conjuntura econômica nacional da segunda metade do século XX, Hilmar Ilton Santana Ferreira (2012) afirma que:

[...] por volta dos anos 1960s [sic.], 1970s, o Brasil era ainda o país do futuro, o mundo respirava otimismo, a ONU decretava a primeira e a segunda Década do Desenvolvimento, o Brasil otimista e patriota de Juscelino Kubstichek, se industrializava, criava Brasília e a SUDENE, acreditava em si próprio, não pensava em crescer dependente, nem tinha caído na armadilha da dívida externa, como aliás nenhum país ainda, já que o fenômeno apenas tem raízes em 1973, quando da primeira crise do petróleo. Neste clima, os filhos masculinos de Clementino, já falecido, dinamizavam a empresa recebida de seu pai e, tendo como rolding as Indústrias Coelho S/A – ICOSA, [...].<sup>50</sup>

O Grupo Coelho, por sua vez, já bem estabelecido nos negócios de compra e venda de produtos na década de 1970, no Estado de Pernambuco e

---

<sup>49</sup> LUZ, Umbelina Almondes. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>50</sup> FERREIRA, Hilmar Ilton Santana. *Op. cit.*, p. 2.

no Piauí, investe em beneficiamento desses produtos, passando a trabalhar com a industrialização.

Discutindo sobre o processo de formação do Grupo Coelho constatou-se que teve início no ano de 1957, em Pernambuco, mas sem registro legal na Junta Comercial deste Estado. Não obstante, nos documentos escritos referentes à década de 1960, consta que o registro oficial da Indústrias Coelho S/A de Pernambuco só ocorreu no dia 27 de maio de 1960.

## **2.2 Indústrias Coelho S/A: Sob as pedras, história e memória**

Percebe-se que a conjuntura local da segunda metade do século XX favoreceu a construção da empresa têxtil no Piauí. Dentre os fatores que contribuíram para a instalação da Indústrias Coelho S/A, em Picos, destaca-se o fato da região apresentar abundância do algodão, matéria-prima utilizada para a fabricação de produtos têxteis industrializados, como narra o Sr. Francisco Borges Gonçalves:

Na época, é..., tanto a região aqui como a microrregião se cultivava muito algodão, tá entendendo? Então, foi um dos fatores que fez com que os Coelho, lá de Petrolina, instalasse a unidade Indústrias Coelho em Picos na década de setenta<sup>51</sup>.

A oferta do produto base da indústria têxtil, aliada à facilidade de se conseguir mão de obra barata, foram alguns dos fatores que estimularam a vinda de uma filial da Indústrias Coelho S/A de Pernambuco para Picos. Inicialmente, o investimento empresarial de cunho industrial foi entendido pelos picoenses com uma possibilidade de desenvolver economicamente a região fazendo com que a cidade de Picos entrasse nas vias do progresso. Todavia, nota-se que a macrorregião, que compreende todo o Estado do Piauí, e a microrregião ou grupos de cidades vizinhas a Picos, não foi beneficiada a contento em termos de crescimento econômico, embora a vinda da Indústrias Coelho S/A para Picos representasse uma geração de riqueza em matéria-prima e humana suficiente para suportar um projeto sustentado pelo desenvolvimento industrial.

---

<sup>51</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op. cit.*

A trajetória de instalação da unidade Indústrias Coelho S/A, segundo o Sr. Francisco Borges Gonçalves, ocorreu no início do ano de 1973. A construtora que era do Grupo Coelho se instalou na região de Picos, e a partir do desenho de um projeto começaram a construir o prédio no espaço de 37 quilômetros. Edificaram vários espaços, com diversos setores, tais como o de lazer, alimentação, higiene, embarque e desembarque de veículos etc.

Ao discorrer sobre memória e socialização, Ecléa Bosi (1994) aponta os lugares de memória, sendo que os sujeitos recebem do passado não só os dados escritos, mas mergulham suas raízes na história vivida, fato que se torna possível graças à memória. Nesse sentido, o espaço físico da indústria de Picos representa um legado à memória dos que por lá trabalharam. Para tanto, a autora coloca:

Ao lado da história escrita, das datas, da descrição de períodos, há correntes do passado que só desaparecem na aparência. E que podem reviver numa rua, numa sala, em certas pessoas como ilhas efêmeras de um estilo, de uma maneira de pensar, sentir, falar, que são resquícios de outras épocas.<sup>52</sup>

Sob o ponto de vista dos lugares de memória enquanto espaços de socialização, põe-se em destaque os ambientes construídos na Indústrias Coelho S/A, onde os mesmos tijolos, as mesmas paredes e muitas histórias encontram-se naquele lugar. O prédio da Indústrias Coelho S/A guarda a mesma aparência física da década de 1970, porém, quando o local foi arrendado para outros empresários, o nome foi substituído para “Pedra, Fiação e Tecelagem”. Em razão da indústria não ter prosperado, por lá ficaram perdidos os sonhos de trabalho de muitas pessoas, além dos sentimentos de revolta e desilusão em torno da idealização progressista que a chegada da primeira indústria têxtil representou no início para a população de Picos.

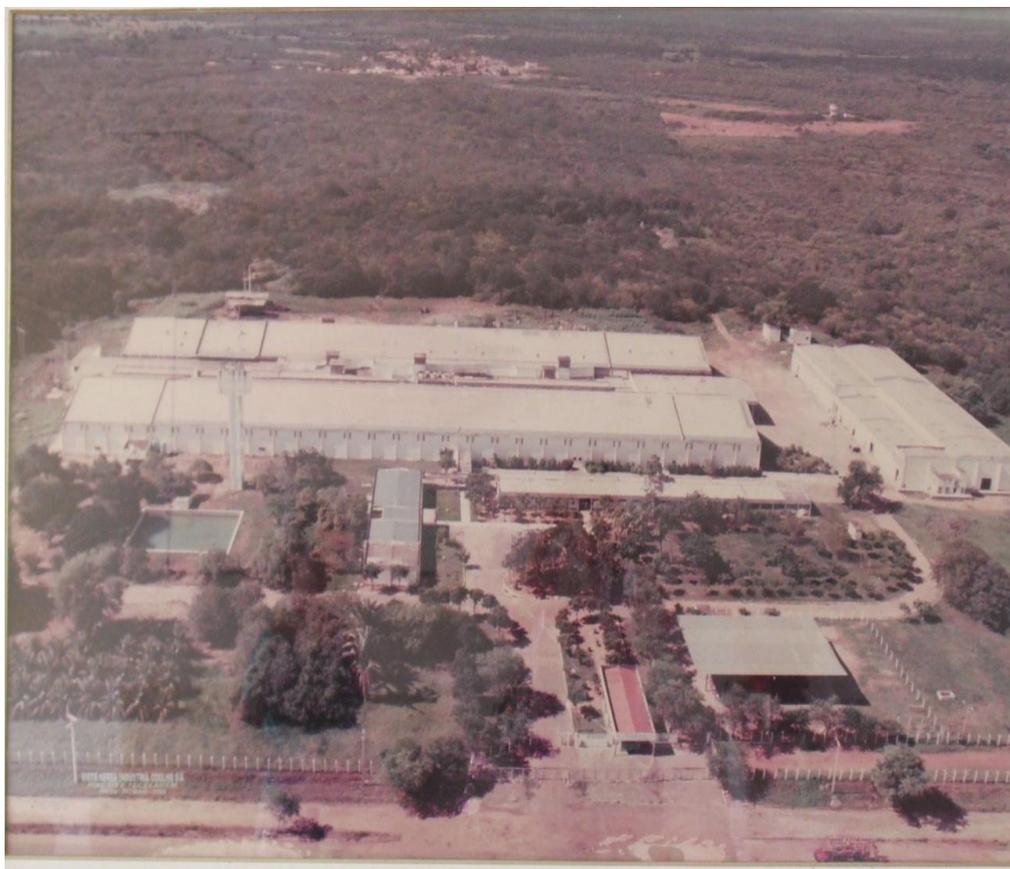
Segundo o Sr. Francisco Borges Gonçalves, ao narrar sobre a estrutura física do prédio que sediou a Indústrias Coelho S/A nos últimos três anos do século XX, detalha que ao lado da estrada do bairro pantanal existe um grande prédio, onde, à sua direita (sentido centro comercial da cidade-indústria), foi

---

<sup>52</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 75.

construído também um espaço de lazer, com piscina, quadra de esportes, área de festa, que foi denominado de Clube Recreativo Indústrias Coelho S/A, o CRIC, como é conhecido pela sociedade local.

Da mesma forma, foi construída para o lado esquerdo da recepção da Indústrias Coelho S/A, uma mansão conhecida por muitos funcionários com o nome de “Casa da Diretoria”. Neste espaço, os chefes principais, familiares e parentes dos donos se hospedavam quando vinham à cidade. Outro espaço importante para os operários, principalmente os primeiros que ingressaram na indústria, eram as casas e os apartamentos. O Sr. Francisco Borges Gonçalves conta que as casas eram para os casais e os apartamentos para os solteiros.



**Foto 2:** Vista aérea da Indústrias Coelho S/A em Picos.  
**Fonte:** Arquivo da Indústria

Uma área de mata virgem cobre uma boa parte do terreno e o espaço da empresa que é composto pela parte administrativa, a fiação 1 e 2, a tecelagem, a subestação que é de onde provêm o abastecimento de energia elétrica para a fábrica e a recepção.

Na tentativa de entender o processo de estruturação e início das atividades da Indústrias Coelho S/A até o processo de arrendamento para “Pedra, Fiação e Tecelagem”, muito há que se discutir sobre esse segmento econômico. Para tanto, o substantivo indústria está sendo discutido como um espaço de trabalho, administrado por alguém, onde as pessoas frequentam para realização pessoal, financeira e como uma necessidade social do ser humano, o trabalho.

Ainda sobre a data de instalação da indústria em Picos, haja vista que existem contradições sobre esse fato, podem ser encontradas nas fontes informações diferentes sobre o ano de sua fundação na cidade. Para quem pesquisar apenas o jornal Macambira, arquivado no museu Osildo Albano em Picos, observará que há uma matéria informando que a Indústrias Coelho S/A começou a funcionar em 1975, como foi transcrito logo abaixo:

De acordo com o superintendente, Paulo Sérgio Almeida, a indústria começou a funcionar em Picos em Novembro de 1975. O fio e tecido de algodão é exportado para quase todos os países que fazem parte do Mercado Comum Europeu, E.U.A., São Paulo e Santa Catarina. O grupo Coelho é liderado pelo senhor Nilo de Sousa Coelho.<sup>53</sup>

Apesar da imprecisão em torno de uma data certa para o surgimento da indústria têxtil em Picos, há um consenso entre as informações sobre o assunto de que foi na década de 1970 em que o empreendimento econômico do Grupo Coelho se fez presente na cidade por meio da construção e funcionamento de uma filial da Indústrias Coelho S/A. Nesse sentido, em monografia publicada recentemente, Umbelina Almondes Luz (2011) informa:

Dois anos mais tarde, 1973, com o estudo e conseqüente constatação da viabilidade técnica, surgiu a expansão do parque fabril com a criação da unidade de Picos-PI. Cujas linhas de produção seguia os mesmos objetivos, acrescidos da fabricação de tecidos planos, ou seja, sem acabamento.<sup>54</sup>

Como pode ser observado na citação acima, aparece a possibilidade de uma data diferente para a instalação da indústria em Picos, o ano de 1973. As

---

<sup>53</sup> MACAMBIRA. *Informativo do campus avançado de Picos*. Picos, 31 jan.1982 Janeiro de 1982. Ano IV,n. 95, p. 05.

<sup>54</sup> LUZ, Umbelina Almondes. *Op. cit.*, p. 31.

contradições sobre o ano de instalação da indústria ficam mais evidentes na medida em que outras fontes de pesquisa foram consultadas.

Entretanto, não se pode deixar de apresentar a afirmação de quem ajudou a construir o que foi Indústrias Coelho e esteve presente, principalmente, em seu período de auge de funcionamento: os operários da indústria têxtil. Nesse aspecto, a memória conta como indispensável.

Indagado sobre o ano em que a Indústrias Coelho S/A começou a funcionar em Picos, o Sr. Francisco Borges Gonçalves faz questão em dizer que suas atividades tiveram início com a construção do espaço físico em 1973, mas, o funcionamento em termos de produção, só aconteceu a partir de julho de 1974. O entrevistado afirma que se recorda muito bem dessa época. Neste ano, 1974, embora ainda não trabalhasse no local, relembra que devido a indústria ser uma novidade na cidade, ficou com essa data gravada na memória, dado que foi reforçado na lembrança do entrevistado ao longo dos anos em que trabalhou na mesma.

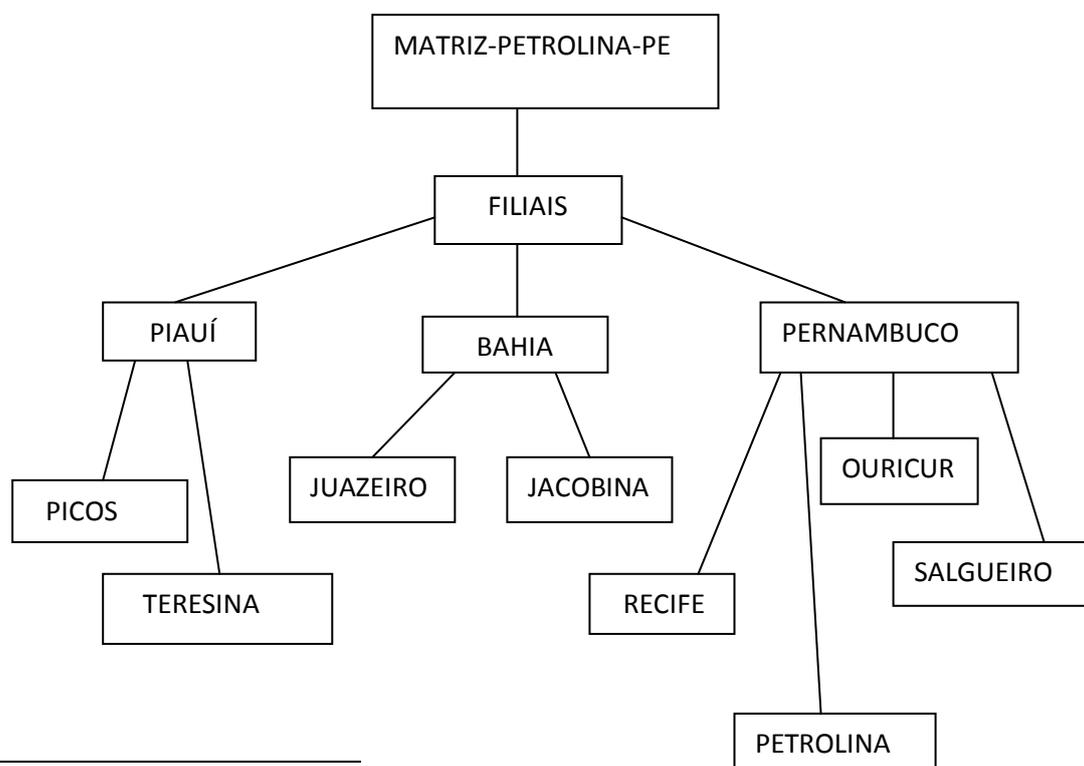
Além de Picos, outras cidades ou capitais do Nordeste também foram contempladas com instalação de indústrias ou empresas comerciais do Grupo Coelho que se expandiu, tendo em vista a importância do grupo para as regiões beneficiadas. Tamanho foi o reconhecimento social e econômico do Grupo Coelho enquanto empresários, que ocupava, ao menos, duas páginas do jornal *Diário de Pernambuco* com notas sobre diversos assuntos, a saber: balanços de capital circulante, de funcionários, sobre reuniões da mesa diretora, licitações e demais assuntos que se referisse ao grupo. Tomou-se conhecimento, ainda, sobre algumas publicações particulares do Grupo Coelho no *Jornal do Commercio*, juntamente com anúncios de outras empresas do Estado de Pernambuco. Através das publicações nos jornais, percebe-se que em suas páginas sempre era informada sobre os acontecimentos realizados pelo Grupo, já que a empresa era conveniada com pelo menos dois jornais que circulavam em Pernambuco na época.

Paralelo as décadas de funcionamento da Indústrias Coelho S/A, em Picos, o Grupo possuía outras atividades comerciais distribuídas por outros Estados, tais como “supermercados, concessionárias de automóveis,

beneficiamento do óleo de mamona, fábrica de sabão”<sup>55</sup>. As fontes escritas ainda falam da “Exportadora Coelho S/A; Comércio, Indústria e Representações”, com registro legal de 24 de outubro de 1963. Também apontam sobre duas filiais do “Curtume Moderno S/A”, em Teresina-PI, com data de arquivamento do início de 1979 e o Termo de Abertura da filial de Juazeiro, na Bahia, com data de dezembro de 1979. O Curtume atuava com beneficiamento de couros de ovinos e caprinos.

Faz-se interessante ressaltar aqui sobre a importância das fontes escritas ainda arquivadas na filial de Picos. Lá, está depositada uma grande quantidade de documentos que contém informações sobre as diversas filiais do Grupo Coelho, como, por exemplo, assuntos sobre o Curtume Moderno, da Exportadora Coelho S/A; Comércio, Indústria e Representações e sobre a própria Indústrias Coelho S/A de Picos.

As fontes analisadas possibilitam fazer um mapeamento de algumas regiões comerciais ocupadas pelos negócios do Grupo Coelho. Segundo estas informações, haviam três Estados onde o grupo possuía filiais instaladas, diferenciando-se dos locais ou Estados que mantinham negócios de exportação e importação, sendo eles: a Bahia, o Piauí e o Pernambuco, como podem ser observados no esquema abaixo:



<sup>55</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op. cit.*

Concordando com o pensamento de Marc Bloch (2001) de que não é possível ao historiador dar conta de toda a história, assim como, embora o pesquisador tenha à mão uma quantidade significativa de fontes, não é possível reconstruir toda a história sobre o tema em questão. Por essa razão, escolheu-se uma primeira parte do Diário Oficial de Pernambuco, cujo trecho é intitulado “Notas explicativas das demonstrações financeiras em 30 de junho e 28 de fevereiro de 1986”. O tópico noticiava uma reforma para a unidade de Picos. Em nível de informação, era comum nas publicações referentes à Indústrias Coelho S/A, apresentar que seus planos de ações eram classificados conforme os níveis de importância e prioridade de A a D:

- Ampliação da unidade industrial de Picos-PI - Em 27.06.86 foi aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE o projeto de ampliação e diversificação da unidade industrial têxtil de Picos-PI. Projeto classificado na faixa “A” de prioridade prevê investimentos de Cz\$ 185.124 mil (a preços de 30.06.86), sendo 33.140 mil provenientes de recursos dos acionistas, Cz\$ 52.563 com recursos de terceiros e Cz\$ 99.421 com recursos do FINOR. A previsão para conclusão do referido projeto é de 2 (dois) anos, a partir da sua aprovação<sup>56</sup>.

Nos anos de 1984/1985 e 1986 a indústria de Picos funcionava nas suas melhores condições e fazendo circular um grande fluxo de capital. Tanto é que o Grupo Coelho decidiu investir mais capital para diversificar a produção e duplicar o faturamento mensal. Observou-se que passados doze anos de funcionamento, consideraram que era preciso diversificar a produção da Indústrias Coelho S/A, na década de 1980. Umbelina Almondes Luz (2011) explica dois motivos que impulsionou o desejo de diversificação da produção. O primeiro, explica-se pelo mercado exportador que exigia diversificações dos produtos apresentados e, assim, poderia disputar espaço com a concorrência; o segundo refere-se à matéria-prima local que já apresentava sinais de enfraquecimento ocasionado, sobretudo, pela ameaça do “bicudo” em outras regiões.

---

<sup>56</sup> DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 21 out. 1986, p. A11.

Observou-se que passados os dois anos previstos para a conclusão da reforma, no Diário Oficial de Pernambuco, edição de março de 1988, foi publicada a seguinte matéria:

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE aprovou em 27.06.86 o projeto de ampliação e diversificação da unidade industrial têxtil de Picos-PI. No momento estão sendo instaladas as máquinas que foram importadas, e, até Dezembro de 1988, o projeto estará totalmente concluído.<sup>57</sup>

Sobre essa questão da ampliação e diversificação da unidade industrial de Picos, pode-se observar nas fontes analisadas que tal projeto não foi realizado a contento. Subtende-se que a unidade de Picos não ganhou toda essa assistência de diversificação em relação aos produtos ofertados, como era divulgado nos jornais. Inclusive, este foi visto como um dos motivos para que a Indústrias Coelho S/A sucumbisse na década de 1990.

Sabe-se, ainda, que a ampliação da Indústrias Coelho S/A perdurou por mais de quatro anos, a ponto de ser qualificada como “obra pública” pela razão da tardança de conclusão do projeto de ampliação que se arrastou ainda mais na fase de maior turbulência financeira de seu funcionamento.

Contudo, o Diário Oficial dava notícias sobre o projeto de ampliação da Indústrias Coelho S/A, filial de Picos, iniciada nos anos de 1980, e publicava que a obra executada na fábrica de fiação e tecelagem de Picos só iria ser concluída na década seguinte.

[...]  
b) PROJETOS - AMPLIAÇÃO DA FIAÇÃO E TECELAGEM DE PICOS-PI. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE aprovou em 27/jun./86 o projeto de ampliação e diversificação da unidade industrial têxtil de Picos-PI, o qual se encontra em plena execução, podendo ser concluído no próximo ano.<sup>58</sup>

Analisando os dados em destaque acima, pode-se concluir que uma reforma que era prevista para os anos de 1986 e 1987 se arrastou por mais de quatro anos, alcançando a década de 1990 sem que o projeto de ampliação da

---

<sup>57</sup> DIÁRIO OFICIAL. Recife, 30 mar. 1988, p. 40.

<sup>58</sup> DIÁRIO OFICIAL. Recife, 30 mar. 1990, p. 45.

Indústrias Coelho S/A tivesse finalizado. Deste projeto, todavia, poucas conclusões podem ser apresentadas, visto que dada a carência de informações nas fontes pesquisadas sobre o assunto, não se sabe ao certo como essa reforma foi finalizada, ou se foi acabada e em que condições. Sabe-se apenas que a verba financeira destinada à reforma da Indústrias Coelho S/A foi enviada, porém, não se sabe ao certo quanto ao destino de sua (boa) aplicação.

### **2.3 Desestruturação da Indústrias Coelho S/A e seu arrendamento para “Pedra, Fiação e Tecelagem”**

Flávio Rabelo Versiane (2012), refletindo sobre o pensamento de Celso Furtado, aponta um diagnóstico metodológico sobre os princípios econômicos brasileiros e propõe uma análise em torno das várias etapas que caracterizam a estrutura produtiva do país. O processo abordado pelos autores ajuda a entender a difícil condição financeira pela qual passava a Indústrias Coelho S/A no final da década de 1990. Nesse sentido, busca-se aqui esboçar alguns motivos que levaram ao arrendamento da Indústrias Coelho S/A para Pedra, Fiação e Tecelagem.

Partindo do pressuposto de que o funcionamento de uma indústria têxtil depende, além de matéria-prima em abundância, de uma base diretora unida e aliada; esta não foi bem a realidade produtiva que a Indústrias Coelho S/A encontrou em meados da década de 1980 a 1990. A questão do fornecimento de matéria-prima assume uma grande importância quando se procura saber sobre as causas do fracasso do empreendimento. A região que antes era rica em produção da fibra algodoeira, adentrava em períodos de quedas bruscas do seu cultivo e colheita. De acordo com o Sr. Francisco Borges Gonçalves, quando indagado sobre o cultivo e a produção do algodão na região de Picos, relata que:

A partir da década de 1980, com o surgimento do bicudo, praticamente houve uma queda significativa na produção do algodão aqui na região de Picos. Tanto é que, acho que foi nos anos 1990 já tinha acabado todo o algodão. Aí, passamos a comprar de fora, do Mato Grosso, Bahia, chegamos até

importar do Paraguai, da Argentina e de outros países da Europa.<sup>59</sup>

Até o final da década de 1980, a Indústrias Coelho S/A estava em pleno funcionamento em virtude da oferta da matéria-prima ser ainda suficiente para manter o maquinário ligado para a produção de bens industrializados. Desde que o Grupo Coelho fez investimento no setor fabril em Picos, vivenciou períodos de constante progresso econômico. Os empresários não se prepararam para as crises do cultivo do algodão, de maneira que, quando a oferta da matéria-prima chegou a faltar devido a baixa produtividade, calhou a ruptura econômica do empreendimento industrial fabril. Assim, quanto à oferta da matéria-prima para a produção têxtil, o jornal Macambira, na edição de janeiro de 1982, destaca:

[...]

Números

A área em que foi construída a empresa é de 22 mil metros quadrados; esta consome cerca de 400 toneladas de algodão por mês. O faturamento mensal ficando em torno de 260 milhões de cruzeiros. As IC produzem 400 mil metros de tecidos por mês e 270 toneladas de fio. Enquanto que a folha de pagamento é de 30 milhões de cruzeiros.

A matéria-prima, o algodão é produzido no próprio estado, porém no período de entressafra ela é comprada de outros estados nordestinos.<sup>60</sup>

Em alguns períodos do ano ocorria situação inversa àquela publicada pelo jornal. O volume de algodão produzido na região era proporcionalmente maior que a demanda usada pela Indústrias Coelho S/A, e, assim, não só o algodão que era cultivado na zona rural da região de Picos vinha para a beneficiadora do bairro Junco, como também das cidades circunvizinhas, como por exemplo, da “região de paulistana, de Simões, Conceição do Piauí, de Simplício Mendes e outras localidades da região e da microrregião.”<sup>61</sup> Desse modo, grande parte do algodão era vendido para outros Estados do Nordeste.

Não obstante, o período áureo de oferta do algodão para produção fabril, não perdurou até o final do século XX. A conjuntura histórica e econômica

---

<sup>59</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op.cit.*

<sup>60</sup> MACAMBIRA. *Op. cit.*, p. 05.

<sup>61</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op. cit.*

apresentada ajuda a compreender que a queda da colheita do algodão refletiu diretamente para a diminuição do funcionamento da produção das máquinas e a Indústrias Coelho S/A de Picos entrou num processo de desestruturação ao longo dos anos 1990.

Neste período, já era notada a diminuição do cultivo do algodão no Piauí e em outros Estados brasileiros, a ponto de a Indústrias Coelho S/A, filial de Picos, se manter funcionando medianamente. E, a partir do momento em que as lavas de agricultores da região de Picos começaram a substituir suas plantações, realizando “queimadas de plantações de algodão, substituição por culturas como caju e milho”<sup>62</sup>, a situação produtiva local se agravou ainda mais.

No final dos anos 1980 e início de 1990, entra em cena uma estratégia econômica arriscada para o Grupo Coelho: a importação da matéria-prima de outros Estados e países, tais como: “Mato Grosso, Bahia, do Paraguai, da Argentina e de outros países da Europa”<sup>63</sup>. Uma das consequências desta estratégia foi o encarecimento dos custos da produção, tendo em vista que, a antiga região produtora não demonstrou interesse em investir na revitalização da produção. As tensões comerciais ocasionadas por essa conjuntura econômica foram inúmeras, levando em conta que o fator importação da matéria-prima de outros Estados foi acompanhado de uma série de problemas oriundos dos fatores estruturais, como, por exemplo, o das estradas, rodovias federais e incentivos fiscais. Nota-se, portanto, que o fato do “bicudo algodoeiro” ter acometido a produtividade da fibra, este não foi o único causador do enfraquecimento da indústria têxtil de Picos.

Entendido nesse contexto de agitação da crise econômica, produtiva e financeira, o que chama a atenção no Grupo Coelho de Petrolina (PE) é o otimismo em relação aos investimentos concretizados por meio de novos empreendimentos comerciais implantados. Mesmo num período de desaquecimento da economia brasileira, a terceira geração do coronel Clementino Coelho se arriscava em expandir os seus negócios. Em 1981, o Diário Oficial publicou a seguinte nota da Diretoria:

#### Relatório da Diretoria

---

<sup>62</sup> LUZ, Umbelina Almondes. *Op. cit.*, p.36.

<sup>63</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op. cit.*

Senhores Acionistas,

A história da ICOSA é marcada por uma trajetória de mais de duas décadas de sucesso empresarial, onde o pioneirismo e a identificação de novas oportunidades de negócios tem-se constituído na Tônica de sua administração.

No momento em que se fala em desaquecimento da economia a direção da empresa, fiel à sua filosofia de acreditar que todo ponto de transição entre uma época e outra, traz idêntico número de riscos e de oportunidades não se intimidou com a atual conjuntura.

Esse fato é tão marcante que, apesar das inúmeras variáveis exógenas a Empresa procurou, no ano recém findo, integrar verticalmente sua linha de derivados da mamona, implantando uma fábrica de hidrogenados e estando em vias de conclusões duas outras unidades, uma destinada a produção de óleo de mamona desidratado e outra para ácido 12 hidróxi-esteárico, investindo num futuro bastante promissor.

Com o pleno funcionamento dessas novas unidades industriais e Empresa está abrindo novos mercados, para produzir de alto valor agregado, que, indubitavelmente, trarão maiores contribuições para a rentabilidade do empreendimento e para o balanço de dívidas do país, dado que ponderável parcela das vendas destinar-se-á ao mercado externo.

Isto posto, resta somente transmitir agradecimentos a todos aqueles que colaboraram com a Empresa no exercício social recém findo, ao tempo que se faz uma convocação geral de somatório de forças para uma mais árdua caminhada em busca de novos sucessos.

A Diretoria<sup>64</sup>

Quanto ao conteúdo exposto neste relatório, numa análise crítica, é possível perceber diversos aspectos do discurso empresarial do Grupo Coelho, como o mencionado otimismo financeiro, o desaquecimento da economia, e a ambição da família em abrir novos mercados para lucrar e contribuir com o balanço de dívidas do país. Enfim, a direção responsável pelo discurso publicado neste relatório, não cogitava que a crise na produção da fibra algodoeira se estendesse por toda a década de 1990, conforme pode ser percebido nos relatos orais. No final daquela década, a filial de Picos apresentou os primeiros sinais de enfraquecimento.

De acordo com os dados analisados, notou-se que a família do coronel Clementino Coelho era numerosa, de maneira que os componentes da terceira geração ainda herdaram muitas empresas comerciais fundadas pelo Grupo Coelho. O fato é que, com o ingresso dos netos do coronel Clementino Coelho na direção das empresas, houve mudanças, principalmente, quanto à forma de

---

<sup>64</sup> DIÁRIO OFICIAL. Pernambuco, 24 out.1981, p. 13.

administrar os negócios do clã Coelho, pois “cada um pensava de um jeito, eles tinham visão diferente da dos pais.”<sup>65</sup> Umbelina Almondes Luz (2011) aponta que os desacordos entre os administradores das empresas do Grupo Coelho teve como resultado “sucessivos processos de cisão”<sup>66</sup> que culminou na desestruturação de suas empresas, chegando algumas indústrias a abrir falência.

Embora as informações contidas nas fontes escritas e orais não sejam suficientes para explicar detalhadamente como se deu o processo de ruptura das empresas pertencentes ao Grupo Coelho, pode-se apenas inferir que, na década de 1990, o Grupo se fragmentou colocando em xeque o funcionamento da “rolding” e a continuidade da Indústrias Coelho S/A na cidade de Picos.

Tratando sobre a desestruturação do Grupo Coelho e o início da falência da Indústrias Coelho S/A de Picos, nos anos 1990, os (ex-)funcionários entrevistados opinam que a cisão do Grupo foi um fator decisivo para o rompimento das ligações comerciais firmadas entre os familiares do Grupo. Os entrevistados quando questionados sobre o assunto, avaliaram que, provavelmente, as desavenças familiares foram o maior peso para oscilação das empresas e o desequilíbrio econômico do Grupo Coelho.

Umbelina Almondes (2011), analisando os fatores micro e macroeconômicos que influenciam no fechamento da indústria têxtil em Picos, sustenta a ideia de que a empresa familiar teve dificuldade de repassar seu patrimônio às gerações posteriores. Concorda-se neste ponto com a autora, pois se observa que a ausência de um patriarca ou, melhor, de um chefe empresarial de pulso firme, foi o que possibilitou a fragmentação do poder de decisões, tornando dificultosa a ação conjunta do Grupo Coelho para manter vigorando a Indústrias Coelho S/A em Picos.

Como sugere Walter Benjamin (1994), “o historiador é obrigado a explicar de uma ou outra maneira os episódios com que lida”<sup>67</sup>. Nesse entendimento, é possível perceber a crise gerada pelos desentendimentos familiares nos empreendimentos econômico do Grupo Coelho. O “racha

---

<sup>65</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op.cit.*

<sup>66</sup> LUZ, Umbelina Almondes. *Op. cit.*, p.39.

<sup>67</sup> BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* p. 15.

familiar”<sup>68</sup> foi tamanho e tão impactante que as consequências da falência da Indústrias Coelho S/A de Picos se arrastaram por toda a década de noventa do século XX, algumas ainda em aberto no século XXI.

A visão positiva e insistente do Grupo Coelho parecia em momento algum desacreditar na filial da Indústrias Coelho S/A de Picos. Mesmo com redução da capacidade produtiva industrial, a filial não parou. É interessante mencionar aqui a existência de um livro, intitulado de *Livro de Sócios*. Observou-se que as informações contidas neste livro são de cunho pessimista, pois, trata-se do desemprego gerado pela desestruturação financeira da fábrica têxtil. No livro, consta uma lista longa com o nome de funcionários que foram demitidos da Indústrias Coelho S/A. Todos os nomes dos operários demitidos fazem parte da década de 1990, indicando, portanto, o período de maior turbulência financeira que a empresa enfrentou.

Além do que foi exposto sobre o *Livro de Sócios*, é importante ainda fazer outra observação sobre os registros deixados lá. Consta no registro de demissão de funcionários que na frente do nome de alguns operários fabris, além da data de exoneração, foi incluída a nota “sindicalista”, o que indica a vinculação dos funcionários ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Além disso, essa informação possibilita entender a existência de um sindicato atuante dentro da fábrica. Ao analisar os dados contidos no documento pesquisado, chegou-se a última pessoa da lista fichada com o número 1.662, porém, não apresenta nem a data e nem o motivo pelo qual foi demitido.

Ainda sobre as demissões registradas no *Livro de Sócios*, foi relatada uma tímida informação sobre a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, e outra nota a respeito de uma questão pendente na Justiça do Trabalho, da década de 1990, o que denota que alguns funcionários demitidos, recorreram à justiça frente à decisão da empresa de dispensar alguns operários sem pagar seus direitos trabalhistas.

Através da leitura do Diário Oficial editado em abril de 1994, viu-se que o Conselho Administrativo do Grupo Coelho era composto por: Adalberto Coelho, como Presidente; Geraldo Coelho, o vice-presidente; Augusto Coelho, um Conselheiro, todos filhos de Clementino Coelho e Paulo Sérgio Matos Almeida,

---

<sup>68</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op.cit.*

o outro Conselheiro. Na diretoria do Grupo Coelho estava o nome de Rodrigo Soares Coelho, como Diretor Superintendente, Administrativo e Financeiro da Indústrias Coelho S/A, na qualidade de neto do coronel Clementino Coelho.

A análise das fontes escritas e orais ajudam a entender como se deu o processo de construção da Indústrias Coelho S/A, de maneira que contribuiu para se libertar da hipótese levantada no início da pesquisa de que a Indústrias Coelho S/A de Picos foi fechada por completo com a cisão do Grupo Coelho na década de 1990. Não houve o fechamento da Indústrias Coelho S/A, filial de Picos. O que houve foi um contrato celebrado entre a Indústrias Coelho S/A e a Pedra, Fiação e Tecelagem, contrato que estipulava o arrendamento do parque fabril de Picos para a Pedra, Fiação e Tecelagem, ficando à frente dos negócios e da administração da empresa um dos netos do coronel Clementino Coelho. Ainda, conforme relatos do Sr. Francisco Borges Gonçalves, de fato a Indústrias Coelho S/A nunca deixou de existir no papel <sup>69</sup>, o que houve foi uma transferência de obrigações comerciais para a Pedra, Fiação e Tecelagem.

Nesta perspectiva, percebe-se que a trajetória da Indústrias Coelho S/A, em Picos, de algum modo foi benéfica para a região. Se na década de 1970 a primeira indústria têxtil de Picos encontrou uma conjuntura econômica favorável para iniciar suas atividades da indústria têxtil no Piauí, já na década de 1990 a empresa enfrentou períodos de turbulência abrindo falência. Entretanto, não se pode reconstruir a história da Indústrias Coelho S/A abordando somente a construção da estrutura física, sua organização administrativa e empresarial e seus recursos materiais, uma vez que o funcionamento de uma indústria só acontece com a participação efetiva dos operários, ou seja, seu recurso humano. Assim, o terceiro capítulo foi destinado a versar sobre a participação operária na agitação da fábrica, enfatizando o trabalho fabril e cotidiano e as experiências da classe operária de Picos.

---

<sup>69</sup> A afirmação de que a Indústrias Coelho S/A continuou a existir no papel e foi arrendada a partir de janeiro de 2000 para Perda, Fiação e Tecelagem, se faz com base na memória de Francisco Borges Gonçalves.

### **3 TRABALHO, COTIDIANO E VIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS DA INDÚSTRIAS COELHO S/A (1970-1999)**

Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991), ao fazer algumas reflexões sobre o cotidiano dos operários industriais no início do século XX, aponta as condições de trabalho e a vivência dos operários nos grandes centros de industrialização do Brasil, tais como, aqueles empregados na cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro. Segundo a autora, os operários fabris, locados nestes centros de produção, enfrentaram diferentes situações de exploração da mão de obra operária até alcançarem certas melhorias da condição de trabalho fabril.

Para alcançar tais benefícios trabalhistas, os operários tiveram que realizar movimentos sociais de cunho político. Através das greves, lutaram pela redução da jornada de trabalho e pela melhoria da condição do trabalho nas fábricas. Na pauta de reivindicação, incluíram nas propostas determinadas reclamações em torno da situação dos bairros operários, do processo de alienação do capital, do uso da mão de obra imigrante europeia, tais como, a dos italianos, espanhóis e portugueses que, durante algum tempo, fizeram presença no quadro de pessoal da indústria do Brasil. Repressão dos empresários industriais contra o operariado fabril no ato de criação de centros e de associações; a mão de obra barata de mulheres e crianças; o controle geral do empresário industrial sobre o operário, até a promulgação, em 1943, de um Conjunto de Leis Trabalhistas (CLT), instrumento cogitado para regulamentar as relações de trabalho, foram pontos debatidos pelos operários que, “conscientes” do interesse da classe operária, travaram, constantemente, lutas a fim de prosseguirem suas ações e alcançarem reconhecimento social por parte dos empregadores e proprietários das indústrias fabris brasileiras.

A ideia de consciência de classe operária fabril, aqui pensada, refere-se, diretamente, ao conceito proposto pelo teórico Edward P. Thompson (1987), quando afirma que uma “classe” não pode existir sem a “consciência de classe” e a defende a partir do homem histórico. Desconstruindo o postulado de que a classe social paira e norteia os homens, E. P. Thompson (1998) propõe noção de que a classe social deve ser entendida a partir da experiência do grupo,

cujos interesses que impulsionam as suas lutas são comuns a ele. Para o autor, a classe:

[...] é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é coisa, é um acontecimento.<sup>70</sup>

Nesse sentido, o autor não nega a ideia de “consciência” de classe como um aspecto subjetivo que movimenta a luta social, pois entende que a consciência de classe é a “forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”<sup>71</sup>, bem como, reitera que é através da experiência que os grupos sociais se formam em classe.

A noção de classe social proposta por E. P. Thompson, para este estudo se fez importante por considerar que a vivência cotidiana e de trabalho de um grupo de operários empregados na Indústrias Coelho S/A, instalada na cidade de Picos, na década de 1970, possibilitou a formação da classe operária na fábrica têxtil e que, conscientes dos problemas trabalhistas, reivindicaram por melhorias de trabalho e possibilitaram a formação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis dentro da própria fábrica. Tal assertiva pode ser assegurada na medida em que se pode perceber, através da análise dos relatos orais, que os operários fabris da cidade de Picos, apesar de não ter vivenciado em profundidade todos os aspectos mencionados pela Maria Auxiliadora Guzzo De Decca (1991), as informações contidas nas narrativas apresentaram muitos elementos comuns àqueles pontuados pela autora.

---

<sup>70</sup> THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, v. 1 (Coleção textos didáticos), 1998, p. 102.

<sup>71</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. [Trad.: Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

Na fábrica a mão de obra utilizada não se restringiu ao operariado masculino. Muitas mulheres foram empregadas na fábrica têxtil, como foi colocado pela entrevistada Joana Soares de Sousa <sup>72</sup> e Antônia de Moura Luz<sup>73</sup>. Todavia, apesar da exploração da mão de obra feminina, para as mulheres que tiveram a oportunidade de fazer parte do corpo de empregados da Indústrias Coelho S/A, tal oportunidade representava o primeiro emprego no espaço industrial, mesmo que ocupassem cargos de menor relevância. Além deste aspecto, deve-se ainda salientar que era a chance destas mulheres receberem um salário fixo e participar da convivência cotidiana no espaço fabril com outras pessoas.

O espaço da fábrica enquanto ambiente de socialização e de troca de ideias, de experiências e de histórias de vida, compõe parte importante para estudo do cotidiano dos operários da Indústrias Coelho S/A, uma vez que a indústria sozinha não funcionaria, por necessitar de pessoas para operar o maquinário existente naquele local. Nesse sentido, dar visibilidade a alguns aspectos do cotidiano dos operários fabris, no seu trabalho e no processo de industrialização têxtil, a partir das narrativas dos entrevistados é que se pretende compreender diferentes situações compartilhadas pelo grupo, pela classe operária de Picos dos anos setenta, oitenta e noventa do século XX.

Nesta perspectiva, a história oral e a memória são peças fundamentais para entender as experiências cotidianas e os diferentes registros vivenciados durante a rotina industrial pelos operários fabris. Com este entendimento, ressalta-se a análise feita por Lucília de Almeida Neves Delgado (2006) quando propõe uma discussão sobre a história oral e afirma que:

O conhecimento sobre o passado enriquece o presente com resíduos ampliados sobre tempo que já se foi (o ser de ontem é o ser de hoje). Dessa forma, passado e presente existem simultaneamente. A humanidade, sabedora dessa dinâmica vital de preservação da consciência de si mesma para as futuras gerações, dedica-se as tarefas de preservação no presente, que um dia será passado e à conservação de

---

<sup>72</sup> Joana Soares de Sousa nasceu em Coroatá (PI), zona rural de Picos. Seus pais tiveram sete filhos, sendo a segunda em ordem crescente. Começou a trabalhar na Indústrias Coelho S/A aos 24 anos, foi seu primeiro emprego.

<sup>73</sup> Antônia de Moura Luz teve uma infância sofrida trabalhando na roça. Seus pais eram analfabetos e tiveram 15 filhos dos quais seis nasceram antes dela. Estudou até a 8ª série, quando já trabalhava na Indústrias Coelho S/A.

registros, informações, monumentos, enfim luzes para seu reconhecimento conquanto ser no tempo.<sup>74</sup>

Compreende-se, portanto, a possibilidade de usar a memória como um conceito teórico possível para construção da história da Indústrias Coelho S/A, não obstante, dando ênfase aos fragmentos de memória que privilegiam o ambiente da fábrica e a experiência da classe operária no trabalho cotidiano.

### **3.1 Histórias de vida e histórias da Indústrias Coelho S/A**

O contexto histórico e econômico que possibilitou a instalação da indústria brasileira e a formação da classe operária, nas primeiras décadas do século XX, deve ser analisado a partir das rupturas ou permanências que se configurou a partir da década de 1970, anos depois da criação da CLT e sobre os incentivos de desenvolvimento para o Nordeste. Nessa perspectiva, vale salientar que a abordagem sobre o cotidiano operário não é fácil. Requer pesquisa, análise, interpretação, para a construção coerente de uma narrativa acerca das práticas sociais exercidas no âmbito fabril. Busca-se, aqui, o entendimento da história do trabalho, do cotidiano e da vivência dos operários no ambiente interno e exterior ao espaço fabril da Indústrias Coelho S/A, da cidade de Picos, no período compreendido entre 1970 e final da década 1990.

De acordo com o Sr. Luiz Pedro de Sousa, ao falar sobre o processo de industrialização e o trabalho fabril na Indústrias Coelho S/A, pontua que a credibilidade, no sentido de aceitação social da população, é um fator importante quanto à recepção e concordância de um ambiente social em determinado espaço. Considerando que trabalhou no processo de montagem do maquinário, relata que chegou a mudar de cargo várias vezes, ocupando as funções de mecânico e contramestre, assim como desempenhou outras funções na Indústrias Coelho S/A enquanto ela existiu.

Durante o seu tempo de trabalho na filial de Picos, ficou afastado por mais de dois anos por conta de um acidente de trabalho que culminou na

---

<sup>74</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral* - memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica 2006, p. 57.

amputação da sua perna esquerda <sup>75</sup>. Após a troca de nome da Indústrias Coelho S/A para Pedra, Fiação e Tecelagem, resultante do processo de arrendamento e da demissões de muitos funcionários, o Sr. Luis Pedro de Sousa afirma que continuou a trabalhar no mesmo local, e que se encontra no estabelecimento fabril até o momento da realização da entrevista.

Ao falar sobre a questão da credibilidade da Indústrias Coelho S/A na cidade de Picos, sua aceitação e recepção da sociedade quanto a instalação da fábrica na região, o Sr. Luiz Pedro de Sousa pontua que foi celebrada com certo entusiasmo. Logo, a instalação de uma indústria em solo picoense, representaria a chegada do progresso e a possibilidade da população local ser empregada num espaço cujas regras exigiam identificação e vestimentas próprias e idênticas. De acordo com o Sr. Luiz Pedro de Sousa, os operários lotados na Indústrias Coelho S/A eram obrigados a usar o crachá de identificação e a farda. Entretanto, algumas vezes, o crachá era dispensado. Os funcionários que chegavam devidamente uniformizados pela farda, não precisavam apresentar documentação de identificação funcional. A sigla ICOSA gravada na farda bastava não apenas para permitir a entrada dos operários fabris na Indústria, como também representava prestígio para aqueles que lá adquiriram registro funcional.

O Sr. Luiz Pedro de Sousa ainda informa que o prestígio de se trabalhar na Indústrias Coelho S/A não ficou restrito ao espaço da fábrica. Os operários que desfilavam pelo centro comercial de Picos com a farda gravada com a sigla ICOSA era o suficiente para que eles pudessem comprar em qualquer comércio e, ainda, obter crédito nas lojas.

Os entrevistados, quando indagados sobre as consequências do processo de industrialização em Picos, relatam algumas situações ocorridas no período de crise vivenciado pela Indústrias Coelho S/A, a partir da segunda metade da década de 1980. Referindo-se ao período de crise, ou seja, época em que a os estoques da matéria-prima não cobriam mais a demanda de produção e exportação, visto que o algodão era exportado para outros Estados, D. Joana Soares de Sousa, que trabalhava como revisora de tecidos e que perdurou como funcionária do grupo por oito anos e seis meses, entre 1976 a

---

<sup>75</sup> Esse acidente foi de motocicleta juntamente com um amigo, mas fora do ambiente de trabalho.

1982, narra detalhes da crise e evidencia que havia uma política interna da Indústrias Coelho S/A de aproveitar toda e qualquer estilha de algodão.

D. Joana Soares de Sousa salienta que as fases mais difíceis para a indústria fabril de Picos foram aquelas em que, no Estado do Piauí, a colheita de algodão teve uma produtividade mais baixa. Segundo D. Joana Soares de Sousa, até mesmo as sobras de algodão e dos tecidos que caíam das máquinas eram varridos e juntados para confeccionar tapetes.

A crise do algodão com reflexos diretos na produção da indústria têxtil local, também refletiu sobre o quadro de funcionários. D. Joana Soares de Sousa relata que o peso maior que ficou da crise provocada pela baixa produtividade da matéria-prima para a Indústrias Coelho S/A, foi a de uma leva de pessoas desempregadas, com uma mão de obra altamente especializada e sem ter chances de empregos em outros espaços de trabalho. A cidade de Picos, na década de 1980, não oferecia possibilidades de empregos. Logo, a primeira indústria têxtil existente na cidade era a Indústrias Coelho S/A e as demais ofertas de emprego ficavam restritas ao funcionalismo público e aos trabalhos informais na feira, no comércio ou na agricultura familiar. Observando o contexto, muitos operários que foram demitidos da Indústrias Coelho S/A, neste período, tiveram que se empregar em trabalhos informais, como os de auxiliar de construção, ou fazendo qualquer outro tipo de serviço, sem que tivessem o registro do Ministério do Trabalho na carteira.

Outra operária fabril da Indústrias Coelho S/A ajuda a entender um pouco mais do cotidiano, vivências e dificuldades enfrentadas no espaço de trabalho. Uma delas é a D. Antônia de Moura Luz que ingressou na Indústria em fevereiro de 1981, e relata que só conseguiu uma vaga na Indústrias Coelho S/A porque uma colega que conhecia os chefes intermediou a contratação de seus serviços. Por necessidade financeira, D. Antônia de Moura Luz começou a trabalhar ainda como menor, aos 16 anos de idade. Explica que por não ter um grau elevado de instrução escolar, começou a trabalhar na Indústria em um cargo considerado “bom para a época”, isto é, como revisora de tecidos, saindo de lá em dezembro de 1996.

As memórias de D. Antônia de Moura Luz, também, são elucidativas para afirmar que existia um sindicato atuante dentro da Indústrias Coelho S/A. Inclusive ela mesma foi sindicalista, sócia e teve uma carteira do sindicato.

O Sr. Solimar de Lima <sup>76</sup> expõe que começou a trabalhar na Indústrias Coelho S/A em 1976, saindo de lá em 1983, por causa de demissões que ocorreram em diversos setores. Iniciou as atividades na fábrica como aprendiz de tecelão. Posteriormente, conseguiu sair da condição de aprendiz e foi lotado como tecelão, ocupando mais tarde a função de contramestre. O Sr. Solimar de Lima coloca que nos anos em que prestou serviço à Indústria, os operários ainda não contavam com a existência do sindicato, que só veio a existir depois que ele saiu da Indústrias Coelho S/A, a partir do ano de 1983. Também afirma que no período em que manteve vínculo empregatício com a Indústrias Coelho S/A não existia o espaço de lazer, CRIC, e a ligação com o SESI.

São vários os temas que podem ser analisados sobre a memória, histórias de vida e a história da Indústrias Coelho S/A. Dentre eles, pretende-se destacar o envolvimento dos operários com as causas trabalhistas e as reivindicações que os empregados da fábrica buscavam através das lutas por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. Assim, D. Antônia de Moura Luz ao falar da questão operária, aborda sobre o *Dissídio Coletivo* <sup>77</sup> vivenciado na Indústrias Coelho S/A:

Antes de sair de lá [, da Indústrias Coelho S/A], já existia essa causa na justiça, porque o governo deu um aumento pras empresas e eles não repassou [sic.], não mesmo. Nós fizemos greve, e os grevistas, nós grevistas, ganhamos a causa. Mas, eles aí, os empresários, é..., não sei que jogo eles faziam com a justiça, que sempre quando vem se aproximando a gente de receber os direitos da gente, o caso abafava. Segundo o que o juiz falou pra gente, essa causa vai ser resolvida agora em junho, nós todos estamos aguardando. Não é só eu, nós somos mil e dezoito pessoas. E estamos com essa causa, tudo é uma causa só, onde essa causa. A ordem dessa causa é que

---

<sup>76</sup> Solimar de Lima nasceu em 10 de maio de 1953 na zona rural próximo a cidade de Picos. Seus pais eram lavradores e é o sexto filho de 14. Relata que teve uma infância boa, considerando que brincou bastante. Estudou no colégio Landri Sales, em Picos, e começou a trabalhar aos 16 anos na colheita de algodão, fabricando tijolos e diversos serviços até conseguir entrar na Indústria Coelho S/A.

<sup>77</sup> Dissídio refere-se à dissidência ou antagonismo decorrentes de interesses diferentes entre dois ou mais grupos sociais. Um combate, portanto, não deixa de ser um dissídio. No entanto, a palavra é mais usada quando se trata de relações trabalhistas. O Dissídio Coletivo se dá quando uma classe laboral entra em posição de discutir, reivindicar seus direitos, Dissídios Coletivos são ações propostas na Justiça do Trabalho para solucionar questões que não puderam ser resolvidas pela negociação direta entre as partes, empregado e empregador. A empresa é obrigada a cumprir a Convenção Coletiva da Categoria ou Dissídio Coletivo, em cujas cláusulas estão determinados os aumentos percentuais cabíveis. (Cf.: Disponível em: [www.sepretops.com](http://www.sepretops.com). Acesso em: 21 abr. 2012.)

os empresários não valorizavam o trabalhador devido a isso, é que já tem quarenta e cinco falecidos. De trinta em trinta dias eu tô [sic.] vendo o andamento do processo, com certeza. Eu era sindicalista, era sócia do sindicato, tenho minha carteira do sindicato, o nome era Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, paramos todo mundo. Segundo as informações que eu como ex-funcionária da empresa, segundo as informações, por eles fazerem essa mudança, por conta deles não quererem pagar os direitos nossos, é chamado Dissídio Coletivo. Inclusive, por essa mudança irregular que eles fizeram a gente acompanhando o processo, a gente viu que eles foram até multados porque eles não poderiam fazer essa mudança antes que eles assumissem o erro que eles tinha feito atrás. [...].

D. Antônia de Moura Luz afirma que em todos os setores de trabalho, por medo de perder o emprego, ficavam aquelas pessoas que não acompanhavam as lutas e os movimentos por melhores condições de trabalho. E, por essa razão, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, em Picos, não contava com a participação total dos funcionários. Aponta que foi tão seria a questão das demissões operárias que algumas pessoas conhecidas e companheiros de trabalho receberam metros de tecidos da própria Indústrias Coelho S/A.

A fala de D. Antônia de Moura Luz é permeada por sentimentos e ressentimentos do período em que foi sindicalista e lutou por melhorias das condições de trabalho na Indústrias Coelho S/A. Observam-se muitos aspectos do tempo vivido no passado com o enlaçamento com o tempo presente. Dentre eles, destaca-se certa indignação por seus direitos trabalhistas não resolvidos.

Segundo a D. Antônia de Moura Luz, a mudança irregular para Pedra, Fiação e Tecelagem causou muita indignação nos ex-operários da Indústrias Coelho S/A. Esta indignação vem inflamando sentimentos e desejo de justiça nos ex-funcionários ao longo dos anos, principalmente, por existir, ainda em aberto, o *Dissídio Coletivo* na Justiça do Trabalho há vinte e dois anos. O Sr. Solimar de Lima, também ao discorrer sobre o assunto, acrescenta sobre problemas que observou quanto ao funcionamento da Indústrias e, em referência ao *Dissídio Coletivo*, assinala que o dissídio aconteceu em 1992, depois que ele já tinha deixado a fábrica.

Já nos anos finais de funcionamento da Indústrias Coelho S/A, na cidade de Picos, o Sr. Luiz Pedro de Sousa reconhece que a empresa deixou de oferecer alguns “benefícios” aos operários, como, por exemplo, foi cortada a parceria que a empresa tinha com a linha de ônibus que transportava os operários do centro e/ou dos seus bairros até o seu local de trabalho. D. Joana Soares de Sousa acrescenta que os “benefícios” de alimentação e de transporte oferecidos pela empresa não eram gratuitos; antes, os ditos “benefícios” prestados aos operários da Indústrias Coelho S/A eram concedidos a partir de descontos do salário de cada funcionário no final do mês.

Neste contexto, pode-se observar que são muitos os sentimentos e ressentimentos que os ex-funcionários da Indústrias Coelho S/A guardam em sua memória do tempo em que ocuparam funções no setor fabril e contribuíram para o funcionamento de uma empresa econômica vista como um empreendimento importante para a cidade de Picos.

### **3.2 Nem tudo eram flores no trabalho fabril: As condições de trabalho da classe operária na Indústrias Coelho S/A**

Várias opiniões foram expostas pelos operários de Picos quando falaram sobre a condição de trabalho oferecida pela Indústrias Coelho S/A. De acordo com D. Antônia de Moura Luz, a rotina de trabalho na fábrica não era fácil. O trabalho na fábrica exigia boas condições físicas dos funcionários, pois ele deveria passar oito horas em pé executando as atividades de produção. Quatro dos entrevistados, os senhores Francisco Borges Gonçalves, Joana Soares de Sousa, Luiz Pedro de Sousa e Solimar de Lima pontuaram que, embora as exigências fossem muitas, o salário pago pela indústria era relativamente suficiente para suprir as despesas da casa. Sempre recebiam o soldo no dia certo e se fosse preciso exceder o horário de trabalho recebia hora extra, como é possível perceber no fragmento abaixo:

Boa, não tenho do que reclamar de nada difícil, só coisas boas. Se trabalhasse mais, tinha hora extra. Tinha alimentação, pagamento em dias e tudo. Não posso reclamar de nada disso,

normal, aprendi muita coisa, tudo de bom, trabalhei, se trabalhasse mais uma hora, duas horas, era recompensado.<sup>78</sup>

Ao analisar a questão do salário dos operários, pode-se verificar que nem todos consideravam que a quantia salarial recebida desse para suprir boa parte das despesas dos operários e avaliam que a diferença salarial entre os funcionários da Indústrias Coelho S/A que exerciam funções diferentes dentro da fábrica chegava a ser gritante. Na visão dos operários entrevistados, o salário variava de acordo com a ocupação de cada um. Deste modo, se o salário pago a um chefe de setor fosse suficiente para garantir o sustento digno e as necessidades básicas dele; em outro setor, como, por exemplo, daqueles que desempenhavam as funções de auxiliar de produção, não era visto da mesma maneira. Como toda e qualquer indústria, havia uma organização funcional de forma hierárquica e os salários variavam de acordo com a função desempenhada por cada um dos funcionários. Contudo, quando os entrevistados ponderam sobre a quantidade salarial e sua importância para as despesas, isso se dá pela razão do salário não atrasar, como explica D. Joana Soares de Sousa ao dissertar que apesar da rotina de trabalho na Indústrias Coelho S/A ser pesada, era gratificante e para muitos significava o seu primeiro emprego com a carteira de trabalho assinada e com direitos trabalhistas.

D. Joana Soares de Sousa narra com riqueza de detalhes sobre determinados espaços da Indústrias Coelho S/A que não são descritos pelas fontes escritas analisadas. Sendo eles, por exemplo, a portaria por onde os carros e os operários passavam, Setor Pessoal, o refeitório, a chapeira<sup>79</sup>, o filatório<sup>80</sup>, a tecelagem, as caldeiras, a sala de pano<sup>81</sup>, a plataforma<sup>82</sup>, a oficina, Corpo de Bombeiros, enfermaria e a mecânica. A descrição destes espaços existentes na Indústrias Coelho S/A ajudam a entender parte das

---

<sup>78</sup> LIMA, Solimar de. *Op. cit.*

<sup>79</sup> Chapeira é um tipo de catraca de rolamento que o funcionário tinha que passar todas as vezes que entrasse ou saísse da Indústrias Coelho S/A, era um tipo de ponto eletrônico. (SOUSA, Joana Soares de. *Op. cit.*)

<sup>80</sup> Filatório era o local onde tecia o fio do tecido. (SOUSA, Joana Soares de. *Op. cit.*)

<sup>81</sup> Sala de Pano era o local onde recebia todos os rolos de tecido, servia de depósito e onde os tecidos também eram revisados, havia a separação desses tecidos, e a última revisão dos mesmos. (SOUSA, Joana Soares de. *Op. cit.*)

<sup>82</sup> Plataforma era o local de carga e descarga dos caminhões, ou seja, saída e a entrada dos caminhões carregados de algodão ou de fio. (SOUSA, Joana Soares de. *Op. cit.*)

diferentes funções e ocupações do quadro de pessoal que existiram dentro da fábrica, como já foi apontado.

Ao narrar sobre a segurança do ambiente de trabalho, o Sr. Luiz Pedro de Sousa explica que:

Tinha a CIPA, que é Comissão Interna de Prevenção de Acidente; tinha o corpo de bombeiros aqui. Tanto tinha a CIPA, como a brigada de incêndio era 24 horas, trinta dias. A CIPA era pra fazer as correções preventivas, prevenções de acidente. Ela vinha fazia um levantamento de toda a fábrica pra saber se tinha alguma máquina correndo risco de acidente, departamento de segurança, técnico de segurança engenheiro de segurança, técnico perito de segurança Valdemar Barroso. A Indústrias Coelho era completa.<sup>83</sup>

Os fragmentos de memória extraídos da entrevista concedida pelo Sr. Luiz Pedro de Sousa possibilita o entendimento e a reconstrução da história da Indústrias Coelho S/A e suas particularidades, fatos ainda desconhecidos da organização e ambiente de trabalho dos operários na primeira indústria têxtil de Picos. Considerando que as narrativas dos operários fabris de Picos proporcionavam o conhecimento sobre fatos que não foram apresentados nos documentos escritos, concorda-se com a autora Ecléa Bosi (1994) quando afirma:

Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.<sup>84</sup>

Sendo assim, o relato de D. Joana Soares de Sousa permite, também, construir parte da história do funcionamento e do trabalho dos operários na Indústrias Coelho S/A. De acordo com D. Joana Soares de Sousa, a Indústrias tinha quatro turmas de trabalho distintas: turma A, turma B, turma C e a turma Única, nos respectivos horários de funcionamento: de 5 h às 14 h, de 14 h às 22 h, de 22 h às 5 h e de 7 h às 17 h. E acrescenta que na turma C, no horário compreendido entre às 22 h e 5 h da manhã, “era proibido mulher trabalhar”.

---

<sup>83</sup> SOUSA, Luis Pedro de. *Op. cit.*

<sup>84</sup> BOSI, Ecléa. *Op. cit.*, p. 47.

Quando indagado sobre os horários de funcionamento das máquinas existentes na Indústrias Coelho S/A, o Sr. Luis Pedro de Sousa afirma que elas laboravam 24 horas por dia. Explica que isso se dava por uma razão de ordem técnica, e argumenta que a questão perpassa pelo próprio fornecimento de energia, despesas e manutenção dos equipamentos. Por ter trabalhado muitos anos no cargo de mecânico da indústria têxtil, o Sr. Luis Pedro de Sousa explica com detalhes o porquê da necessidade da fábrica rodar 24 horas por dia:

Ela [Indústrias Coelho S/A] funcionava 24 horas por dia, de segunda a segunda, trinta dias por mês. Ela tinha três turnos a cada 8 horas. Funcionava 24 horas. Hoje não, hoje passou a rodar 21 hora, porque no tempo do horário de pico, né, na energia, por causa do quilowatts-hora... Pra você ter uma ideia, hoje, o quilo de energia/hora aqui é 25 centavos, de 5:30 a 8:30 passa a custar 52 reais; de 25 centavos, ela passou a custar 52 reais, seria totalmente inviável. Se ela voltasse a funcionar assim, seria bom porque teria mais emprego. Essas máquinas se desgastavam. Liga, pára. Pára, liga. Evitava isso aí. Nós tem [sic.] uma máquina aqui que ela tem 240 watts, então, a cada hora que você liga passa 240 watts. Arrebenta! Se ela for sempre desligando, arrebenta. Ela passa mais de 60 minutos pra se recompor novamente.<sup>85</sup>

Percebe-se, mais uma vez, nos fragmentos de memória do Sr. Luis Pedro de Sousa, elementos do presente envoltos com os do passado e que fazem parte da memória coletiva do grupo de operários que vivenciaram o cotidiano de trabalho na produção têxtil da Indústrias Coelho S/A. Nesse entendimento, Delgado ressalta:

Ora, a memória humana, apesar de na maior parte das vezes se expressar individualmente, é inesgotável e múltipla. Inscreve-se na dinâmica multicultural da vida, é dilacerada, plural, coletiva. Nela está presente um cabedal infinito de recordações e lembranças, relacionadas ao entrecruzamento de tempos múltiplos, dos quais só somos capazes de registrar fragmentos.<sup>86</sup>

Considerando que a memória é coletiva, embora quem recorde seja o indivíduo, o Sr. Luis Pedro de Sousa ainda apresenta outros elementos

---

<sup>85</sup> SOUSA, Luis Pedro de. *Op. cit.*

<sup>86</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Op. cit.*, p.63.

necessários para o funcionamento da Indústrias Coelho S/A. Sendo assim, disserta sobre a questão do transporte. Instalada no bairro paraibinha, em Picos, a fábrica ficava situada distante do centro comercial da cidade, distando, aproximadamente, 8 a 9 km do centro. À época, Picos contava com uma insuficiente oferta de transportes coletivos urbanos que pudessem levar os operários dos seus bairros ao seu local de trabalho. Para tanto, o deslocamento até o local de trabalho, no bairro paraibinha, foram necessárias alternativas de transporte.

Segundo o Sr. Luis Pedro de Sousa, nos primeiros anos de funcionamento da Indústrias Coelho S/A, na década de 1970, o sistema de transporte urbano até o ambiente de trabalho era precário. Não existia um meio de transporte organizado e, por essa razão, o deslocamento dos funcionários do centro ao local de trabalho acontecia, geralmente, através do pau de arara, transporte disponível neste período, como explicita:

Eu comecei vindo no transporte que, naquele tempo, também tinha, ou seja, o pau de arara. Pau de arara, na época, não era proibido. Hoje é proibido. Ali quem era contramestre já tinha uma Pirua Kombi pra transportar. E quem era, digamos assim, servente industrial já não podia andar. Tinha que pegar era uma Mercedinha 608, com uma grade de madeira coberto com uma lona, o pau de arara chamado. Umhas tábuas, uma grade, umas tábuas na carroceria passada de um lado pro outro, era os bancos deles sentar.<sup>87</sup>

Através da prática de separação dos funcionários por tipos de transportes, pode-se observar a relação de hierarquia de funções empregadas pela administração. Quando o entrevistado coloca a ideia de que os chefes de setor eram separados dos demais operários, vinham em uma Kombi, nota-se que existia a ideia de importância maior, ou seja, em razão dos chefes de setor ocupar cargos de níveis mais elevados, representavam um destaque na visão dos patrões e por esse motivo eram transportados separados dos demais operários. Segundo D. Joana Soares de Sousa, o ônibus coletivo subsidiado pela empresa sempre pegava os funcionários em frente à Igreja matriz de Picos e fazia o trajeto pelo bairro Bomba levando os que morassem por lá.

---

<sup>87</sup> SOUSA, Pedro Luis de. Op. cit.

O Sr. Luiz Pedro de Sousa acrescenta que o transporte dos operários fabris feito dessa forma, não perdurou por muitos anos. Logo, a demanda de funcionários da indústria também aumentou, de forma que a própria empresa passou a oferecer transporte aos funcionários em melhor condição de locomoção:

[...] Depois as coisas foram evoluindo, foram evoluindo. Aí, o Antônio de Zuza tinha a empresa coletiva de ônibus, era quem fazia esse transporte pra gente, trabalhava pra gente. Existia um outro elemento, se chamava Coelho e tinha o desenho do coelho, ele que fazia esse transporte pra todas as pessoas de manhã, de tarde. Ele era quem... ele que fazia esse transporte pra gente. Teve uma época que ele não tinha condição de fazer sozinho e teve que ter de dois a três ônibus, motoristas. Nós chegamos a ter aqui mil e duzentos funcionários, aí, ele fazia o transporte [...].<sup>88</sup>

É interessante perceber a proporção física e humana que a fábrica atingiu. Os sujeitos pesquisados ao colocarem que no início o transporte era feito através de um transporte do tipo pau de arara, e que, posteriormente, o transporte mudou para o ônibus coletivo, chegando a quantidade de três, porque o pau de arara não era mais suficiente para abarcar toda a demanda. Subtende-se, entretanto, que a demanda da produção aumentou ao tempo em que o número de operários foi crescendo durante os anos 1970 e 1980, anos de prosperidade econômica da Indústrias Coelho S/A.

Outro assunto abordado pelos entrevistados foi sobre os “benefícios” de alimentação oferecido pela Indústrias Coelho S/A. As refeições eram oferecidas pela indústria, afirma D. Antônia de Moura Luz. O motivo para tal “benefício” se dava, principalmente, em decorrência dos turnos de trabalho dos operários que eram sobrecarregados, de maneira que os trabalhadores não tinham tempo de ir a casa para alimentar-se. No horário do almoço, por exemplo, D. Joana Soares de Sousa informa que eram oferecidos a partir das 9:30 da manhã e cada operário tinha direito apenas à meia hora para as refeições.

D. Antônia de Moura Luz ainda ao falar sobre o assunto das refeições reitera que a alimentação oferecida pela Indústrias Coelho S/A eram boas e

---

<sup>88</sup> SOUSA, Luis Pedro de. *Op. cit.*

que agradavam o paladar dos funcionários, bem como as exigências de higiene de produção alimentar, como destaca abaixo:

Não, até a alimentação, eu gostava da alimentação por que era assim, a alimentação ela não era ruim. Sempre mudava o cardápio da comida, a gente via que tinha higiene. Era homens que trabalhava no refeitório. A gente via que eles trabalhavam equipados, as bandejas era tudo lavada em máquinas e tudo saía esterilizada, você... dava pra observar que tinha um pouco de higiene. Eu sei que não era uma higiene total, mas eles tentavam fazer o possível pra agradar a gente.<sup>89</sup>

Vale ressaltar que a ideia de benefício oferecido pela Indústrias Coelho S/A aos seus funcionários deve ser entendido entre aspas, visto que, para muitos operários, a oferta de alimentação, além de ser descontado um percentual de seu salário, constava como mais uma forma de exploração do trabalho operariado fabril. Para D. Antônia de Moura Luz, a questão das refeições era mais um meio de controle da Indústrias Coelho S/A sobre o operário, na medida em que a empresa não oferecia tempo para o almoço ou jantar. D. Antônia de Moura Luz explica que o servidor era praticamente obrigado a fazer as refeições no ambiente de trabalho, sendo que o valor de cada refeição era descontado nos salários de cada um. Acrescenta que sempre existiam aqueles que davam um jeitinho para economizar e diminuir o valor a ser descontado no final do mês, como relata Antônia de Moura Luz:

Muita gente preferia levar a merenda de casa. Eu mesma era uma delas. A gente comprava, ia lá na sessão pessoal e comprava um bloquinho, tipo um ticket. Cada um ticket daquele, ou então um cartão, valia trinta dias naquele cartão. As vezes que você passasse na borboleta pra comer o almoço, a janta ou o café era marcado. Aí, muita gente pra economizar, porque aquele cartão podia passar de um mês pra o outro. Aí, muita gente levava a merenda e muita gente levava, às vezes, até a comida sabe, pra economizar o dinheiro no final do mês.<sup>90</sup>

Nota-se que os operários fabris de Picos criaram algumas táticas para não sobrecarregar o total do salário com despesas na Indústrias Coelho S/A. Para D. Antônia de Moura Luz, nem sempre, os operários se submetiam a gastar a maior parte do seu salário na própria indústria, seja com alimentação,

---

<sup>89</sup> LUZ, Antônia de Moura. *Op. cit.*

<sup>90</sup> *Idem.*

lazer ou transporte. Sustenta que muitos operários destinavam o dinheiro poupado para alternativas de consumo fora do espaço da fábrica. Sobre este assunto, o Sr. Francisco Borges Gonçalves comenta o destino dado ao dinheiro poupado quando não faziam despesas na Indústrias Coelho S/A:

[...] Pra você ter uma ideia, imagine mil e cem funcionários recebendo um salário, e eu vou lhe dizer que 80% desse salário ficava no comércio de Picos. Quer dizer, havia uma circulação, ganhou o comércio, ganhou o povo de Picos. Quantos e quantos não tem hoje aposentados da Previdência, e outra coisa a divulgação da cidade em outros Estados como Santa Catarina, São Paulo. Como lhe falei antes, não havia mão qualificada na época e veio mão qualificada de outros estados e quando esse pessoal voltaram [sic.], eles fizeram a divulgação dessa empresa, onde era localizada [...].<sup>91</sup>

Mesmo com a sobrecarga do trabalho na Indústrias Coelho S/A, as pessoas que conseguiram uma vaga de trabalho na produção têxtil, consideravam ter obtido êxito, por ter a carteira de trabalho assinada, ser visto com o uniforme de operário da ICSA e receber salários fixos no final do mês. Do mesmo modo, existiam outros “benefícios” ou direitos que os operários poderiam desfrutar no espaço de trabalho, um deles era o lazer ofertado pelo espaço do CRIC.

Sobre a questão do lazer no espaço da indústria, no Brasil, Maria Auxiliadora Guzzo de Decca aponta que mesmo durante a árdua rotina de trabalho fabril, no início do século XX, existiam determinadas opções de lazer para a classe operária, de maneira que:

[...] o lazer operário se confundia com o lazer popular nos bairros pobres das capitais brasileiras ou das pequenas cidades do interior do país. Assim, os grupos de conversa nas calçadas, o lazer em torno das refeições coletivas, a música nas ruas por conjuntos musicais, pelas bandas operárias, as festas religiosas ou populares, variavam de acordo com elementos culturais específicos das várias regiões brasileiras.<sup>92</sup>

Nas décadas de 1990, os operários da Indústrias Coelho S/A, em Picos, no aspecto de lazer, podiam desfrutar do CRIC para gozar de minutos ou horas de folga laboral. Segundo o Sr. Luiz Pedro de Sousa, no CRIC, que era do

---

<sup>91</sup> GONÇALVES, Francisco Borges. *Op. cit.*

<sup>92</sup> DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Op. cit.*, p.64.

Grupo Coelho, podiam exercitar atividades de lazer popular, tais como o futebol, como destaca abaixo:

Tinha o CRIC aqui que era nosso. Tinha a equipe de Petrolina que era chamado... não lembro qual era o nome do clube lá. Existia futebol de salão, existia uma equipe aqui com o nome de Petrolina que era Ouro Branco, né, que é o algodão. E sempre tava, ou equipe aqui, ou de Petrolina aqui, sempre tava integrado. Luis Gonzaga já fez show aqui. Todo ano, religiosamente, tinha missa. Essa missa, todo mundo (todo mundo) era convidado. Era portões abertos pra quem quisesse vir assistir a missa. Aqui saía todo mundo alimentado, suco, refrigerante, cachorro quente, saía tudo alimentado.<sup>93</sup>

O espaço de lazer da Indústrias Coelho S/A, o CRIC, não era restrito, exclusivamente, aos funcionários da indústria. Antes, o espaço do CRIC poderia ser desfrutado por qualquer pessoa que tivesse a carteira de sócio, podendo ser ou não funcionário da indústria. Mesmo aqueles que tinham registro funcional na Indústrias Coelho S/A, porém, se não contribuísse mensalmente com o espaço CRIC, era impedido de usufruir de seus ambientes. Percebe-se no fragmento em destaque acima que a questão de lazer no espaço de trabalho estava relacionada a determinadas épocas.

De acordo com o Sr. Luis Pedro de Sousa, o CRIC surgiu com o processo de modernização da Indústrias Coelho S/A na década de 1980. Não obstante, o Sr. Solimar de Lima explica que a empresa oferecia condições de lazer aos funcionários e que desta oportunidade, os operários fabris de Picos formaram equipes desportivas de futebol para a realização de campeonatos entre os times formados pelos diferentes setores da Indústrias Coelho S/A. Ainda, o Sr. Solimar de Lima:

Jogos... missa a partir... na época de Natal, prêmios do funcionário mais padrão da empresa. Tinha prêmios, tinha sorteios, entendeu. Eu participava, como vamos dizer, como técnico do time, porque tinha uma equipe de futebol, eu quem formava o time. Vamos dizer que pra cada repartição, tinha seu time e eu como encarregado da sessão, não é que eu participava em jogo, participava da parte de organização, entendeu? Era lá no morro, não era no CRIC, CRIC veio depois de mim.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> SOUSA, Luiz Pedro de. *Op. cit.*

<sup>94</sup> LIMA, Solimar de. *Op. cit.*

Embora as competições esportivas fossem uma opção de lazer no espaço fabril, não era a única alternativa existente dentro das limitações do ambiente de trabalho. O time de Picos e os times de Pernambuco iam fazendo intercalações nos jogos. Ora os operários de Picos iam para o Estado de Pernambuco competir com os operários de lá, ora ocorria situação inversa. O espaço do morro, conforme aponta o Sr. Solimar de Lima, era um local situado próximo da mansão dos patrões, localizado dentro do espaço da Indústrias Coelho S/A. A jornada de trabalho parecia mais amena, na medida em que possibilitava aos operários a mínima condição para o lazer, conforme se referiu o Sr. Luiz Pedro de Sousa. Além das competições esportivas, das missas, houve também um fato diferenciado, o show do Luiz Gonzaga.

Além dos “benefícios concedidos” aos operários em relação ao CRIC, a Indústrias Coelho S/A, de Picos, tinha forte ligação com o Serviço Social da Indústria (SESI <sup>95</sup>), conforme relata Luiz Pedro de Sousa:

A ligação que a Indústria tinha com o SESI, a Indústrias Coelho era contribuinte. A Indústrias Coelho era contribuinte por lei, né. Aí, tinha a folha, por lei, né. Por lei era obrigado e os diretores do SESI eram nossos diretores aqui. Paulo Almeida foi diretor aqui e diretor do SESI. Aí, depois de Paulo Almeida passou pra Eliseu, do Café Leandro, tudo era um laço, né. Os filhos dos operários tinha todo direito de estudar no SESI, piscina, alimentação, tudo de bom. O SESI tinha tudo de bom.

Segundo D. Antônia de Moura Luz, os filhos dos operários da Indústrias Coelho S/A eram conveniados ao SESI, desde que seus pais tivessem a carteira legalmente assinada pela fábrica. Ainda afirma que mensalmente era descontado um valor do salário de cada um operário, o que correspondia a um desconto na mensalidade escolar. Do mesmo modo, D. Joana Soares de

---

<sup>95</sup> O SESI foi “criado durante a Era Vargas, no dia 1º de julho de 1946, o Serviço Social da Indústria nasceu juntamente com importantes conquistas para a qualidade de vida do trabalhador, encabeçadas pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. O lazer, a saúde e a educação são os pilares dos investimentos da rede, presente nos 26 estados e no Distrito Federal, somando 2.006 municípios atendidos. São mais de 400 mil empresas cadastradas. Os serviços prestados pelo SESI aos industriários são possíveis devido à contribuição social de indústrias e agroindústrias. Seguindo o que foi estabelecido pela Lei nº 5.107, de 1966, essas empresas recolhem mensalmente o equivalente a 1,5% sobre o total da folha de salários.” (In: Disponível em: [HTTP://www.sesi.org.br](http://www.sesi.org.br). Acesso em: 17 maio 2012).

Sousa reitera que o colégio SESI oferecia além do ensino de qualidade para os filhos dos operários, serviços de lazer por meio do uso da piscina e da quadra poliesportiva, ou seja, toda a estrutura física e humana de que a escola dispunha.

Com o tempo em que a Indústrias Coelho S/A foi se consolidando em solo picoense, foi incrementada com maquinários modernos possibilitando aos seus operários experiências com o trabalho fabril, vivências pessoais e relações cotidianas. O progresso visualizado pela chegada da tecnologia moderna, em Picos, era entendido como sinais de desenvolvimento local e o estabelecimento de novas relações de trabalho. Determinadas relações trabalhistas vivenciadas no espaço da Indústria nem sempre era no todo “benefícios” dados aos operários fabris. Os funcionários da Indústrias Coelho S/A entenderam que existiram meios de opressão da classe operária picoense, pois, na medida em que a Indústrias oferecia transporte, alimentação, espaço de lazer, prêmios para funcionários padrão; esta “oferta” servia de controle e exploração da mão de obra empregada no trabalho têxtil.

No entanto, entende-se que o modelo de exploração da mão de obra operária fabril não se deu, propriamente, do mesmo molde que aquele praticado pelos donos de fábrica no início do século XX, como analisa Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, e que possibilitaram a organização da classe operária em classe para que lutassem a favor da melhoria das condições de trabalho e contra a exploração da mão de obra. Tal assertiva é compreendida através dos relatos orais, uma vez que os entrevistados apresentam dados sobre a luta travada contra a exploração do trabalho operariado fabril de Picos, através de lutas encabeçadas pelo Sindicato da Indústria Têxtil e a luta operária por condições de trabalho mais justas.

Analisando o processo de industrialização e formação da classe operária inglesa, E. P. Thompson (1998) aponta determinadas características desse processo quando explicita que:

Se as pessoas vão ter de satisfazer ao mesmo tempo as exigências de uma indústria automatizada altamente sincronizada e de áreas muito ampliadas de “tempo livre”, devem de algum modo combinar numa nova síntese elementos do velho e do novo, descobrindo um imaginário que não se

baseie nas estações, nem no mercado, mas nas necessidades humanas.<sup>96</sup>

Assim, o processo de industrialização do trabalho fabril na cidade de Picos, em alguns aspectos se assemelha àquele desenvolvido na sociedade inglesa dos tempos modernos apresentado por E. P. Thompson, principalmente, no tocante às necessidades humanas. Para Picos, a industrialização foi necessária, pois além de existirem fatores positivos em comum, a sociedade trabalhadora precisava ser acomodada.

Percebe-se também que um século depois da industrialização em São Paulo, no Piauí o processo de industrialização ainda era incipiente, na segunda metade do século XX. Nesse entendimento, a instalação da Indústrias Coelho S/A, em Picos, na década de 1970, foi vista como uma possibilidade de emprego e uso da mão de obra em moldes capitalistas, onde o empregado tinha horários certos para cumprir e metas de produção a serem alcançadas. Entretanto, a troca de experiências e vivências cotidianamente dos operários fabris dentro de um mesmo *locus* lhe possibilitou uma consciência de classe de maneira a, também, reivindicarem melhorias e apresentar as insatisfações quanto à atuação dos trabalhadores no espaço visto como um símbolo de modernidade incorporado pela Indústrias Coelho S/A e que foi fundamental, principalmente, naquilo que diz respeito as condições humanas de trabalho. Sendo assim, o “fechamento” da Indústrias Coelho S/A ou o arrendamento do local para outra empresa, deve-se em boa parte a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, que não ficou em silêncio frente aos problemas trabalhistas vivenciados pelo grupo dos operários fabris de Picos, mesmo no período em que, por exemplo, não houve uma adesão de todos os funcionários da Indústria.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a classe operária de Picos “não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se.”<sup>97</sup> E a Indústrias Coelho S/A possibilitou que um grupo de operários fabris insatisfeitos com determinadas condições de trabalho tomassem consciência de classe e se organizassem através do Sindicato dos

---

<sup>96</sup> THOMPSON, E. Paul. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 303.

<sup>97</sup> THOMPSON, E. P. *Op. cit.*, 1987, p. 9.

Trabalhadores Têxteis para travar lutas contra aqueles que exploravam a sua força de trabalho.

Os lucros gerados pela Indústrias Coelho S/A, de Picos, não foram investidos na cidade. A riqueza proveniente do trabalho de tantas pessoas retornou para Petrolina (PE), seja em forma de ações particulares, seja através da herança familiar do Grupo Coelho. Sabe-se que a causa do fracasso da Indústrias Coelho S/A de Picos nos anos de 1990 foi determinante para a retirada da fábrica da cidade, e a saída do setor econômico/secundário de Picos. Com isso, o legado deixado pela Indústrias Coelho S/A, foram algumas causas trabalhistas ainda hoje em aberto na Justiça do Trabalho, pois apenas alguns operários demitidos na década de 1990, tiveram seus direitos trabalhistas ressarcidos por intermédios da ação do Sindicato dos Trabalhos Têxteis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a história e a memória da Indústrias Coelho S/A ainda há muito para se estudar, analisar e refletir sob o ponto de vista histórico ou de outra área do conhecimento por pesquisadores que se interessem pelo assunto. Tal espaço, embora um pouco fragilizado pela ação do tempo, reserva ainda espaço para novo caminho de desenvolvimento. Espaço esse constituído de fragmentos históricos, narrativas de vida, desafios individuais e coletivos. Esse espaço pode também ajudar a perceber porque um empreendimento comercial de bases conhecidas no mercado pela atuação no Nordeste, surgido em Picos diante de uma conjuntura econômica favorável, chegou a fraquejar economicamente a ponto de vender sua razão social para Pedra, Fiação e Tecelagem. Fraquejar economicamente não no sentido expresso de fechar as portas, abrir falência, mas no sentido de que ficaram muitas causas trabalhistas pendentes na justiça, inclusive associadas ao próprio arrendamento do parque para outra razão social.

A percepção da indústria como um projeto ambicioso oferece uma chave de compreensão das causas e contradições que permeiam a existência da Indústrias Coelho S/A em Picos, seja nos depoimentos ou nos fragmentos dos jornais, na medida em que se perceba tais fatos como resultantes das relações cotidianas que se desenrolaram através do cenário econômico, social e político do Piauí no final do século XX, pode-se apresentar uma posição quanto aos objetivos pretendidos pelo trabalho.

Inserindo-se os discursos do Grupo Coelho nos discursos que emanaram no Nordeste no final século XX, percebe-se com clareza uma coesão entre os ideais que permearam as relações desenvolvimentistas em ambas as partes. No que diz respeito ao modo como os picoenses se encontravam em relação ao setor trabalhista, a ação do Grupo em instalar uma filial da indústria em Picos foi fundamental. No caso da Indústrias Coelho S/A, 13 anos após o arrendamento do parque para outra empresa, nos traz uma reflexão sobre as permanências e as rupturas, por exemplo, a sociedade picoense ainda sente falta de atividades no setor secundário, haja vista que,

após o arrendamento da indústria em Picos, até o presente pode-se afirmar que não existe nenhuma outra indústria com a proporção da Indústrias Coelho S/A, sendo que o comércio da região é concentrado, principalmente, no setor terciário.

Diante do exposto, apresentam-se ainda outras questões a serem pensadas. A farta documentação existente no arquivo da indústria possibilita o surgimento de outros estudos que não devem ser descartadas como, por exemplo, uma investigação em torno da participação dos governos locais e estaduais, sobre as medidas que a filial de Picos adotou para solucionar a questão referente à matéria-prima, e ainda sobre a representatividade do Grupo Coelho no mercado exportador. São questões que merecem ser colocadas na medida em que direcionam possibilidades de estudo investigativas e servem de referência para novos trabalhos sobre industrialização nas regiões interioranas do Brasil, assim como também merecem ser pensadas, se o desejo for de construção de uma narração histórica em conexão com o presente.

Desse modo, a construção da história da Indústrias Coelho S/A a partir dos fragmentos de memória dos (ex-)operários que lá trabalharam, não está completa neste trabalho, bem como não era este nosso interesse, uma vez que todo trabalho não dá conta da completude dos acontecimentos históricos. Como todo trabalho de pesquisa, este também se encontra com lacunas e necessidade de revisão, tarefa a ser feita por outros estudos que tratem sobre o tema. Contudo, apesar dessas ressalvas, não se pode negar que, de alguma forma, esta monografia contribui para a discussão sobre a construção da história da Indústrias Coelho S/A, nos anos de 1970 a 1999, em razão da importância econômica que a empresa representou para Picos.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. *Nilo Coelho*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: [HTTP://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/). Acesso em 02 mar.2012.

ALBUQUERQUE, Rui Henrique Pereira Leite de. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola: as relações de produção na cotonicultura paulista, 1920-1950*. São Paulo, SP: HUCITEC; Brasília, DF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.

ARAÚJO, José Lopes. *Atlas escolar do Piauí: espaço geo-histórico e cultural*. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2006.

ARRUDA, Ana Cláudia. *Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: Um estudo da década de noventa*. Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP, 2004 (monografia).

BRAZ, Marcio. Inserção desvantajosa, atraso e subordinação das políticas de desenvolvimento na economia piauiense. In: *Texto de Discussão*. Ano 6, n. 12, maio 2007. (Disponível em: [http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/texto\\_12.pdf](http://www.ufpi.br/subsiteFiles/economia/arquivos/files/texto_12.pdf). Acesso em: jun. 2012).

BENJAMIN, Walter. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1880 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Historia oral; memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Renato. *A reconstrução de uma cidade: Plano de Desenvolvimento para Picos*. Teresina: Comp. ed. Do Estado do Piauí, 2002.

\_\_\_\_\_. *Picos: os verdes anos cinqüenta*. 2. ed. Recife: Graf. Ed. Nordeste, 1995.

FARIAS, José Henrique de. *Economia Política do Poder. As práticas do controle nas organizações*. Curitiba: Juruá, 2008.

FERREIRA, Hilmar Ilton Santana. *Paulo de Sousa Coelho, um vizinho de visão*. Disponível em: [www.geocities.com/hilmar\\_ilton](http://www.geocities.com/hilmar_ilton). Acesso em

FONSECA, Graziane Gerbasi. *Os italianos de Picos: esboço para a história das relações entre o Golfo de Policastro e o Sertão Nordeste a partir de 1870*. Teresina: EDUFPI, 2004.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

<http://www.sesi.org.br>. Acesso em 17 maio 2012.

<http://www.cepisa.com.br/cepisa/historico.php>. Acesso em: 02 maio. 2012.

<http://blogdonemueljunior.blogspot.com.br/2012/09/petrolina-117-anos-de-historia-da.html>. Acesso em 30 out. 2012.

LIMA, Clenilson Cruz. *O papel do estado na construção de um projeto de desenvolvimento: Piauí, 1955-1961*. Teresina, 2004.

LUZ, Umbelina Almondes. *Fatores Micro e Macroeconômicos que influenciam no Fechamento das Empresas: estudo de caso da Piauí Têxtil, em Picos*. Picos: Instituto de Educação Superior Raimundo Sá-IESRSA, 2011.

MARTINS, Agenor de Sousa. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002. 286 p.

MEDEIROS, Antonio José. *Movimentos sociais e participação política*. Teresina: CEPAC, 1996.

MENDES, Felipe. *Economia e Desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Monsenhor Chaves, 2003.

\_\_\_\_\_. História do Piauí república. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/74968522/Historia-Piaui-Republica>. Acesso em: ago. 2012.

MENDES, Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. *Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado*. Brasília, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil. 1907-1990*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de maniçoba na economia piauiense: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006.

\_\_\_\_\_. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 2 ed. Teresina: FUNDAPI, 2006a. \_\_\_\_\_. *A importância da borracha de maniçoba na economia piauiense: 1900-1920*. Teresina: FUNDAPI, 2006b

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. (orgs.). *Economia Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTANA, Raimundo Nonato de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina: Academia Piauiense de Letras – Convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste*. O algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1985.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 3. ed. Campinas: Unicamp, v. 1 (Coleção textos didáticos), 1998.

\_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. [Trad.: Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERSIANE, Flavio Rabelo. *O economista como historiador*. Departamento de Economia. Universidade de Brasília.

VILHENA, Marcos Aurélio Gonçalves de. *Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão*. Teresina: Halley, 2006.

[www.sepretops.com](http://www.sepretops.com). Acesso em: 21 abr.2012.

[www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com). Acesso em 15 maio 2012.

#### **JORNAIS:**

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife. 21 out. 1986.

DIÁRIO OFICIAL. Recife. 30 mar.1988.

DIÁRIO OFICIAL. Recife. 30 mar 1990.

DIÁRIO OFICIAL. Recife. 24 out.1981.

MACAMBIRA. *Informativo do Campus Avançado de Picos*. Ano IV. nº 95, p.05, Picos. 31 jan.1982.

#### **IBGE:**

Censo Agropecuário do Piauí de 1970 e Produção Agrícola Municipal de 1979.

#### **ENTREVISTAS: (05)**

LUZ, Antônia de Moura. *Entrevista concedida a Marli Costa Alves*. Picos, maio de 2012.

GONÇALVES, Francisco Borges. *Entrevista concedida a Marli Costa Alves*. Picos, maio de 2012.

SOUSA, Joana Soares de. *Entrevista concedida a Marli Costa Alves*. Picos, maio de 2012.

SOUSA, Luiz Pedro de. *Entrevista concedida a Marli Costa Alves*. Picos, maio de 2012.

LIMA, Solimar de. *Entrevista concedida a Marli Costa Alves*. Picos, maio de 2012.